

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-7-2020.

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Cláudio Conceição, Luciano Marcantônio e Professor Wambert. A seguir, foi apregoado o Ofício nº 277/20, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/20 (Processo nº 0225/20) e solicitando tramitação em regime de urgência para essa proposição. Também, foi apregoado o Ofício nº 280/20, do Prefeito, encaminhando os Projetos de Lei do Executivo nºs 012, 013, 014, 015 e 016/20 e os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 011 e 012/20 (Processos nºs 0226, 0227, 0233, 0234, 0235, 0228 e 0229/20, respectivamente) e solicitando tramitação em regime de urgência para essas proposições. Ainda, foi apregoado o Ofício nº 281/20, do Prefeito, solicitando tramitação em regime de urgência para os Projetos de Lei do Executivo nºs 036/19, 001, 002 e 003/20 e para os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 001, 002 e 003/20 (Processos nºs 0610/19, 0014, 0018, 0019, 0015, 0016 e 0017/20, respectivamente). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Adeli Sell, Cassio Trogildo, Karen Santos, Valter Nagelstein, Cláudio Janta, Airto Ferronato, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes, Mendes Ribeiro e Alvoni Medina. Em continuidade, transcorreu o período de Grande Expediente, sem pronunciamentos. Às dezesseis horas e seis minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20 (Processo nº 0048/20), o qual, após ser discutido por Engº Comassetto, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Adeli Sell e Mauro Pinheiro, teve sua votação adiada por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Cassio Trogildo. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20: nº 01, assinada por Adeli Sell, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Karen Santos e Roberto Robaina; nºs 02 e 03, assinadas por Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa; nºs 04 e 05, assinadas por Alvoni Medina e José Freitas. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao

Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/20: de autoria de Engº Comassetto, para a Emendas nº 01; de autoria de Marcelo Sgarbossa, para as Emendas nºs 02 e 03; de autoria de José Freitas, para as Emendas nºs 04 e 05. Após, foram apregoadas as seguintes emendas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/20 (Processo nº 0176/20): nº 05, assinada por Mônica Leal; nº 06, assinada por Cassiá Carpes e Mônica Leal; nº 07, assinada por Márcio Bins Ely, nº 08, assinada por Comandante Nádia e Mendes Ribeiro; nº 09, assinada por Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni e Engº Comassetto; nº 10, assinada por Valter Nagelstein e Cláudia Araújo; nº 11, assinada por Lourdes Sprenger e Idenir Cecchim; nº 12, assinada por Airto Ferronato e Paulinho Motorista; nº 13, assinada por Alvoni Medina e José Freitas; nº 14, assinada por Ricardo Gomes e Mendes Ribeiro; nº 15, assinada por Mauro Zacher. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando votação em destaque para emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/20: de autoria de Lourdes Sprenger, para as Emendas nºs 02, 03, 04 e 11; de autoria de Mônica Leal, para as Emendas nºs 05 e 06; de autoria de Comandante Nádia, para a Emenda nº 08; de autoria de Adeli Sell, para a Emendas nº 09; de autoria de Valter Nagelstein, para a Emenda nº 10; de autoria de José Freitas, para a Emenda nº 13. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 007/20 (Processo nº 0176/20), o qual, após ser discutido por Adeli Sell, Cassio Trogildo, Mendes Ribeiro e Valter Nagelstein, teve sua votação adiada por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de Reginaldo Pujol. Às dezessete horas e treze minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Idenir Cecchim, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher e Mônica Leal. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 3ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 011/20. Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 32 vereadores presentes.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Quero agradecer aos 32 vereadores presentes, em breve o 33º vai fazer o registro, pois estava comigo até poucos minutos atrás. Vou pedir para que o Ver. Paulo Brum ou a Ver.^a Lourdes Sprenger assumam a minha posição, pois confesso que vou me afastar por um determinado momento, vou comparecer a um ato fúnebre da genitora da minha assessora Andréia Peres de Oliveira, fato que ocorreu hoje, cujo ato fúnebre está sendo realizado no presente momento. Então, me sinto no dever de me dirigir ao local onde está sendo realizado; logo em seguida, retornarei à Casa. Por favor, solicito a gentileza de, com a

competência de sempre, assumirem os trabalhos neste momento. Agradeço ao diretor legislativo pela providência que já tomou e, cumprindo um compromisso anteriormente assumido, entendo, sugiro ao Presidente que irá me substituir doravante que o primeiro ato seja liberar às lideranças a possibilidade da manifestação, eis que isso é pleiteado há mais tempo e nós temos aproveitado e garantido essas condições. Depois, seguimos o ritmo normal dos trabalhos, inclusive até a abertura da Ordem do Dia e o enfrentamento dos projetos que se encontram ali enumerados, dois projetos importantes, relevantes, que serão analisados e quem sabe discutidos no dia de hoje. Por enquanto muito obrigado, peço que sejam tolerantes comigo, é um dever irrecusável da minha parte e que eu irei fazer sem ter nenhuma alegria, nenhum prazer, mas num compromisso de ordem pessoal, já que conheci muito a pessoa cujo sepultamento se dará no dia de hoje, e o carinho que tenho por ela, dedico a toda a família. Irei, com a minha presença, buscar confortá-los por essa perda. Muito obrigado a todos, até breve. Ver. Paulo Brum, por gentileza, assumo os trabalhos.

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Presidente. Damos início aos trabalhos na tarde de hoje. Passo a palavra ao nosso diretor Luiz Afonso para que proceda aos encaminhamentos necessários.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Ver. Paulo Brum. Primeiro, registro a presença do Ver. Mendes Ribeiro. O primeiro inscrito é o Ver. Aldacir Oliboni, depois pedirei para o Sandro, nosso assessor, que tome as outras inscrições de liderança, pois tive uma intercorrência técnica e vou me ausentar por cinco minutos.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Uma saudação ao nosso Presidente Paulo Brum, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero, nesta manifestação de liderança de oposição, fazer nossas homenagens a um servidor público, escritor, um homem que teve uma larga história de ética, companheirismo, trabalho assíduo como servidor público e que perdeu a vida neste final de semana: Benedito Saldanha, funcionário do DMAE. O Benedito Saldanha era um dos diretores do Partenon Literário. Quem não conheceu o Benedito? Ele teve contato, há oito ou dez dias, com dois colegas servidores que já tinham sintomas de coronavírus e, infelizmente, contraiu o vírus; foi recomendado, nesse período de quarentena, muito suspeita, que aguardasse em casa, sem nenhum tratamento, sem nenhum acompanhamento, sem ter feito a testagem que tantos de nós, vereadores e vereadoras, cobramos do atual governo. Infelizmente, o governo foi omissivo, não só não prestou a testagem ao Benedito, como não presta a nenhum servidor

público no momento em que são constatados os sintomas, e manda cumprir a quarentena. Cabe aqui o nosso apelo, sim, o nosso grande apelo para que o prefeito municipal perceba tamanha injustiça. As famílias choram as perdas de seus filhos, parentes, amigos; e, infelizmente, o poder público se ausenta de ter uma política clara e precisa sobre o combate ao coronavírus. A questão da testagem não é diferente do uso obrigatório de máscara, ela deveria ser feita em massa, mas, no mínimo, naquele que está em serviço essencial, na linha de frente; porque, se você não tem o rastreamento das pessoas que portam o vírus, não há como combater a pandemia. É um abre e fecha, e muitos estão sendo prejudicados nesse processo com a falta de um programa de combate ao coronavírus concreto do prefeito municipal.

O prefeito municipal se esconde atrás da mesa no Paço Municipal quando ele fica nas *lives* e não usa a estrutura a que tem direito para poder fazer as visitas *in loco*, com todas as precauções da Organização Mundial da Saúde. Deveria sair, sim, deveria conversar com os servidores que estão prestando serviços, pois ele é o gestor do nosso Município. Lamentavelmente, estamos a cada semana recebendo notícias de perdas de vidas de servidores e também da população de Porto Alegre – a cada dia é mais preocupante.

Neste dia, não poderíamos deixar de prestar esta homenagem ao Benedito e aos seus familiares, mas também de fazer um apelo ao prefeito municipal. Ele tem vetado as iniciativas da Câmara, como vetou agora o projeto da testagem para os serviços essenciais. Eu espero que os nossos colegas vereadores deem uma resposta ao prefeito. A melhor resposta é dizer a ele que os mais de 118 mil testes – apenas 118 mil! – que comprou devem ser usados, e não guardados; porque, até o momento, nem 10 mil foram efetivados. Lamentavelmente, prefeito, o senhor está fora de foco, o senhor está fugindo da responsabilidade à medida que não diz para a Câmara onde está colocando os recursos recebidos do governo federal e do governo estadual, quando não faz hospitais de campanha e fica naquela ideia de esperar colapsar para poder tomar atitudes, enquanto não apresenta medidas concretas de combate ao coronavírus.

Então, nesta tarde, nós queremos nos solidarizar não só a todo servidor público do HPS, do HPV, da Atenção Básica, lá do postão da Cruzeiro e tantos outros servidores que clamam pela responsabilidade do prefeito de fazer a testagem como também de todos os servidores do DMAE, da FASC, da educação, do DMLU e de tantos outros serviços que são essenciais e que estão funcionando, mas que, infelizmente, não têm uma ação concreta do atual governo. Marchezan, por favor, faça o que é justo: dê a esses servidores o respeito e a sua dignidade de volta, fazendo o que é mais sagrado, dar a autoestima e a segurança; eles estão trabalhando, estão correspondendo com o seu dever, mas não estão tendo apoio do gestor público como já o têm da sociedade gaúcha, da sociedade porto-alegrense. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Presidente, senhoras e senhores vereadores. Eu não sabia que chegariam todos esses projetos para nós apreciarmos nesta época. Eu, antes de saber disso tudo, queria fazer – e vou fazer – a minha proposição: que, enquanto perdurar a bandeira vermelha ou a preta – que, graças a Deus, ainda não chegou, mas, pelo jeito, pelo andar da carroça, pode acontecer –, nós, vereadores, não apreciemos nenhum projeto, zero projeto, porque, se a população não tem o direito de trabalhar, não tem o direito de abrir seus postos de trabalho, se a população não pode fazer aquilo que lhe dá subsistência, nós, vereadores, também não devemos votar nada.

Eu acho que não tem lei municipal que obrigue o prefeito a abrir ou fechar, estamos em uma época de calamidade pública, e isso, por decreto, é uma barbada administrar. Se dois ou três, se o Pablo Stürmer, mais o secretário adjunto e mais algum resolvem dizer que não dá, nós todos estamos acatando. Nós precisamos ouvir a ciência dos dois lados: aqueles que acham que devem fechar e aqueles que acham que não é tão importante assim fechar. Eu sou a favor que sejam tomados todos os cuidados, que todas as atividades tomem os cuidados. Agora, não pode diferir, fazer diferença entre os iguais – atividades semelhantes, umas podendo trabalhar, outras não. Então eu quero propor aqui aos colegas vereadores que não se vote nenhum projeto, nem do Executivo, nem de ninguém, porque nós estamos em bandeira vermelha, que não pode ter atividade alguma, e nós não decidimos nada sobre isso. E que nós não votemos nada até a bandeira ficar laranja ou amarela – eu espero que isso ocorra rápido. Espero que a população colabore também, é verdade, mas nós, vereadores, devemos dar o exemplo. Se ninguém pode trabalhar, por que os vereadores vão votar em regime de urgência, na maneira como nós estamos fazendo? Nós estamos tendo que decidir projetos lendo pelo telefone, lendo pelo computador; e o bom da Câmara ou de qualquer parlamento é discutir à exaustão.

Então esta é a minha proposição: não votarmos nada. Eu não sei como nós vamos fazer isso; tirando quórum, se for preciso. Se for preciso, eu vou participar de não dar quórum para votação alguma enquanto a bandeira estiver vermelha ou preta, o que eu espero que não aconteça. Nós estamos em bandeira vermelha, onde o Grêmio, o Inter e o meu São José podem fazer jogos, e os clubes não podem fazer nada de atividade física; onde o clube de futebol pode fazer jogos, e nós não podemos trabalhar, mesmo mantendo o distanciamento social. Eu acho que está na hora de a Câmara de Vereadores participar desse processo, mesmo que seja para dizer: “não, nós não vamos votar nada enquanto as bandeiras estiverem dando sinal de perigo”. Nós temos a obrigação de fazer essa sinalização para a sociedade, e eu estou disposto a fazer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. Consulto se mais algum líder deseja usar a palavra. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Então, meus caros colegas vereadores, vereadoras, Ver. Paulo Brum, no comando da sessão, Luiz Afonso, eu falo aqui em nome dos vereadores Eng^o Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Oliboni, e eu que sou o Líder da bancada do PT, quero ver se a gente pode caminhar na linha que o Ver. Idenir Cecchim colocou. Acho que nós temos que levar muito a sério essas questões, porque oito novos processos, e alguns deles coisas que a gente vêm debatendo, Cecchim, sistematicamente. Ver Cecchim, o senhor não imagina quantas vezes eu entrei em contato com o DMLU, solicitando material de educação ambiental; não havia material. O meu gabinete produziu material de reciclagem. Estou determinado a divulgar as coisas positivas do DMLU porque eu fui ao seu *site* e verifiquei que tem alguns pontos de coleta de óleo; eu fiz uma ampla divulgação; eu mesmo tenho recolhido óleo de fritura para quatro entidades sociais que fazem sabão, porque as pessoas pobres hoje não têm dinheiro para comprar material de limpeza e nós estamos numa pandemia. Agora vem um projeto da logística reversa, coisa que o DMLU já deveria ter trabalhado muito, muito antes, e no passado mais remoto havia uma logística reversa. Eu lembro Cecchim, ali na rua do *Shopping*, na Av. Diário de Notícias, tinha um ponto, inclusive, de coleta de material de construção. Gente, a logística reversa com pilhas, baterias, etc. e tal, isso algumas redes de mercado e algumas lojas já fazem. Esse é o tipo de projeto, como se diz, vulgarmente: para inglês ver. Eu fico espantando, neste momento, em que sai um concurso para professores, e nós não temos nenhuma vaga para professor de Espanhol! Afinal de contas, colegas, vereadoras e vereadores, nós somos do Mercosul? Existimos no Mercosul? A ex-vereadora Juliana Brizola fez um movimento fenomenal e aprovou um projeto na Assembleia Legislativa de colocar o Espanhol nos concursos para a rede estadual. Nós queremos concurso de Espanhol na rede municipal também, estamos fazendo um movimento pesado com os professores; estamos pedindo uma audiência com o Adriano Naves de Brito; o Ver. Alex, a Ver.^a Karen, já falei com a bancada do PDT, que sempre foi muito atenta, com a nossa bancada; enfim, estamos todos envolvidos com esse projeto porque é muito importante. Ademais, principalmente os vereadores que têm uma preocupação maior com a questão econômica, que têm militado, com o desenvolvimento econômico e social da cidade, e nós temos cinco ou seis vereadores nessa legislatura que foram secretários da SMIC: o Cecchim, o Ricardo, o Dr. Goulart, o próprio Pujol já foi, o Valter. Enfim, eu sugeri, Cecchim, que o prefeito se reunisse com o governador e o presidente do Banrisul e fizessem um plano de financiamento para as microempresas em Porto Alegre, por ser a capital dos gaúchos que tem capacidade de gerir e gerar muitos postos de trabalho que em alguns momentos estão sendo perdidos, e mais ainda vão se evaporar com essa pandemia, e nós, poderíamos, inclusive, ter o poder público municipal como fiador, porque esses pequenos vão pagar, efetivamente. Nós podemos criar dentro desse fundo que foi criado, inclusive, de desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, e pensar nessas questões. Mas o governo não dá satisfação; o prefeito veio na semana passada aqui, falou, falou, falou dos projetos, mas não foi concreto em absolutamente nada. Agora, vem um conjunto de projetos, alguns deles que não têm nenhuma... Nesse momento de pandemia, em que as pessoas estão morrendo em Porto Alegre, esse abre e fecha; já foi

dita a questão da falta de isonomia; você deixa uma grande rede de mercados aberta, e você fecha o Mercado Público! Isso não tem cabimento; não tem sentido. Isso é algo que não se pode aceitar. Por isso, minhas senhoras e meus senhores, eu uso aqui da liderança do Partido dos Trabalhadores, para concluir, fazendo um apelo para que este governo se digna a olhar os moradores de rua neste frio. Eu vi fotos de pessoas largadas numa rua, na frente de um desses abrigos; não tem abrigagem! A Praça da Matriz agora está cercada, as pessoas estão jogadas ali na frente da Assembleia, ao lado do Tribunal de Justiça, por todos os cantos aqui do Centro Histórico, ao Deus dará. E a gente teve inclusive denúncia de que algumas cestas básicas estão há mais de meses nos CRIPs. Vimos aí algumas demagogias de pessoas ligadas ao governo, de distribuição de cestas. Mas o que eu vejo são entidades da sociedade civil, são associações, são ONGs que estão buscando alimentos, distribuindo agasalhos. Onde está a campanha do agasalho? Onde está uma campanha para socorrer as pessoas nas ilhas? No arquipélago? Na Zona Norte novamente o arroio Feijó transbordando; e ali na Vila Elizabeth tudo debaixo d'água! Olha a situação do Lami! Estamos num estado de calamidade pública em todos os sentidos, e o governo fazendo pura demagogia. E quero dizer que agora o Ministério Público, ligado ao Tribunal de Contas, deu seu recado, a sua posição de que a Prefeitura tem que parar de gastar dinheiro público em publicidade, tirando da saúde. E agora também houve a necessidade de fazer uma prestação de contas. Nós sempre dissemos: esse governo não é transparente, esse governo oculta o que pode ser ocultado, e faz de tudo para ocultar não só da Câmara de Vereadores, mas da cidadania em geral. A peleia continua, nós estamos aqui para defender o povo da cidade de Porto Alegre e não sucumbir diante de um governo autoritário que é o do senhor Marchezan. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, querido colega, Paulo Brum, na direção dos trabalhos neste momento, demais colegas, vereadores e vereadoras, nossos diretores, servidores que nos acompanham e também o público em geral que nos acompanha pela TVCâmara. Me chamou bastante atenção as duas intervenções dos líderes, Ver. Adeli e Ver. Idenir Cecchim, e quero aqui, em tempo de liderança da bancada do PTB, tecer alguns comentários que temos feito na bancada sempre que temos a oportunidade de conversar com o Executivo, em especial com o senhor prefeito e também com o líder do governo, o Ver. Mauro Pinheiro. Nós estamos a menos de seis meses do encerramento dessa gestão e temos notícia que são 25 projetos, entre os que já tramitavam nesta Casa e os projetos novos que já foram encaminhados ou que o Executivo tem interesse de encaminhar, somando então 25 novos projetos. Eu queria aqui me somar ao que falou o Ver. Idenir Cecchim, não exatamente concordando que nós não deveríamos votar nada enquanto estivéssemos em

bandeira vermelha ou bandeira preta, o que graças a Deus não atingimos, e tomara que não atinjamos. Mas, nós, o PTB, tem dito para o Executivo, tem dito para o governo, tem dito para o líder do governo que não é possível, até o final do ano, se votar mais 25 projetos de interesse do Executivo. Na verdade, o Executivo Municipal precisa, realmente, efetivamente, priorizar o que é de seu interesse para que possamos apreciar. Não acho que nós deveríamos paralisar os trabalhos, inclusive a Mesa Diretora, o Presidente Paulo Brum, no exercício, e o Presidente Pujol já anunciou que teremos uma convocação extraordinária já a partir de segunda-feira, durante o recesso. Então teremos, sim, a apreciação de diversos projetos, inclusive muitos, ou a maioria, de iniciativa dos vereadores. Nós não votamos mais nada de iniciativa dos vereadores desde o início do ano, a não ser alguns projetos relacionados à questão da pandemia, e estamos com a pauta completamente, senão paralisada, inviabilizada, e eu creio que paralisarmos os trabalhos não é a melhor alternativa. Mas eu concordo que não é possível ficarmos aqui analisando apenas os projetos que o Executivo encaminha, muitos deles, inclusive, com regime de urgência, trancando a pauta através do art. 95. Então, nesse sentido, nós entendemos que precisamos, sim, durante a convocação extraordinária do nosso recesso, votarmos projetos de interesse da cidade, de iniciativa dos vereadores, e também eventuais projetos de iniciativa do Executivo que devem ser devidamente explicados da necessidade de serem apresentados agora, faltando seis meses para o final da gestão. Eu creio que existem, sim, muitas medidas que são necessárias ainda, e com efetiva tramitação legislativa, para a continuidade do enfrentamento à situação da pandemia, e alguns até para o enfrentamento pós-pandemia. Mas isso tem que ser aprofundadamente debatido, discutido, para verificarmos o que efetivamente é necessário que enfrentemos neste momento. E precisamos cada vez mais ter o aprofundamento da divulgação das informações. Hoje, a bancada do PTB teve pela manhã, por solicitação do Ver. Dr. Goulart, que é médico, uma reunião com a direção do Simers, e quero dizer que, muitas das informações que o Simers pedia, nós não tínhamos para poder compartilhar com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. E não é porque somos incompetentes ou porque não estamos cumprindo com as nossas atribuições. Realmente, essas informações não estão disponíveis; apesar dos comparecimentos que têm acontecido, nós não conseguimos acessar as informações, algumas delas que são de muitíssima importância. Então, agradecendo este espaço aqui e finalizando a nossa fala em nome da bancada do PTB, do Ver. Paulo Brum, que agora está nos presidindo, do Ver. Luciano Marcantônio, do Ver. Professor Wambert, do Ver. Dr. Goulart e do Ver. Hamilton Sossmeier, nós queremos, sim, continuar com a Câmara funcionando, acho que é a nossa atribuição, mas precisamos que de fato o Executivo priorize aquilo que realmente é a sua prioridade. E nós, os vereadores, também faremos as nossas priorizações e continuaremos aí com as nossas medidas legislativas. Muito obrigado, um bom trabalho, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, eu me inscrevi para debater um documento hoje ao qual tive acesso, da diretoria da Sociedade Riograndense de Infectologia, que coloca que houve um aumento de três vezes do número de casos de contágio confirmados aqui na cidade nas últimas semanas, e de mortes também. E coloca, nesse documento, que todas as medidas adotadas até o momento foram insuficientes. Eu até acrescentaria que nos trouxeram a essa situação, se a gente for pensar no caso de superlotação dos ônibus que a gente veio denunciando desde lá, em março, quando começaram a serem adotadas as políticas de restrições de linhas. Então, não é só por parte das decisões do Executivo, mas também por falta de fiscalização e de medidas rápidas que conseguissem reverter a situação. E aí coloco a Câmara de Vereadores também dentro desse arcabouço de responsabilidades, das pessoas que seriam responsáveis para estar pressionando o Executivo e pressionando também o Judiciário para que estas negligências em relação aos direitos das pessoas não acontecessem, e o direito ao isolamento, a garantia do distanciamento social fossem respeitados. E também queria chamar a atenção, dentro desse quadro de aumento de três vezes mais de contagiados e de duas vezes mais pessoas mortas pelo vírus, para a situação de calamidade em que está colocada a nossa cidade em decorrência das chuvas. Ilha do Pavão, Ilha da Pintada, Ilha das Flores e Ilha Grande dos Marinheiros são regiões que foram bastante impactadas. Nosso mandato esteve na Ilha do Pavão no final de semana, estamos nos deslocando novamente para lá amanhã para fazer entrega de doações que estamos recolhendo e a gente acredita também, se a gente não conseguir encaminhar aquelas demandas daquelas famílias que tiveram as suas casas alagadas, com certeza, isso também vai impactar num aumento de contágio, consequente superlotação das nossas UTIs e morte. Coloco isso, porque acho que é para com esses grupos vulnerabilizados que precisamos ter uma maior atenção neste momento que a gente enfrenta a bandeira vermelha na nossa cidade. Penso que a gente precise ter urgentemente alguma resposta do Executivo em relação aos documentos protocolados pelos movimentos sociais que dão suporte às pessoas em situação de rua. Desde abril, há protocolos de pedido de providências, de indicações pedindo o resguardo dessas comunidades, dessas populações em ginásios, albergues. O número de vagas em albergues é insuficiente. O último levantamento que a gente tem na cidade de Porto Alegre é de quase quatro mil pessoas em situação de rua e esse levantamento, se não me engano, é de 2015, feito pela UFRGS. E hoje a gente tem 309 vagas em albergues. Isso não dá conta nem de 10% dessa população. E o nosso frio, como todos sabem, é aquele inverno que no ano passado vitimou duas pessoas em situação de rua. Então, não acho que a gente tenha que esperar para pagar para ver, com o frio, caindo a temperatura, quem serão as pessoas que serão as maiores impactadas. Como que a gente consegue ter não só iniciativas, porque a gente vem tendo iniciativa nesse sentido desde abril, prevendo situações, conhecendo a realidade da cidade de Porto Alegre, mas medidas por parte do Executivo. Acho importante esta ação protagonizada pelo Ministério

Público de Contas em relação aos recursos utilizados indevidamente do Fundo Municipal de Saúde, mas, ao mesmo tempo, como é que a gente consegue pensar o orçamento da cidade para que ele seja destinado para essas problemáticas que aprofundaram a situação de calamidade que já estava colocada pela Covid-19. Eu acredito que as pessoas em situação de rua e as comunidades que foram impactadas pela chuva são os principais grupos de risco para além daquela discussão que a gente já vinha fazendo, de quem tem comorbidade, dos idosos. Eu acho que tem um atravessamento de classe, das pessoas que não têm rendimentos para recompor as suas vidas ou das pessoas que já estão em extrema exclusão social que são as pessoas em situação de rua e que precisam de uma atenção urgente para esta semana, para a gente conseguir responder com responsabilidade a esta situação que está colocada na nossa cidade. Eu acredito que o fundo destinado à Covid-19, além de a gente ter a prestação de contas de tudo aquilo que já foi utilizado desses recursos, também deveria ser destinado para assessorar essas famílias. Eu fico pensando que R\$ 2 milhões gastos em publicidade nas mãos da RBS, da Pampa, do SBT, o quanto isso não ajudaria essas famílias que estão necessitadas neste momento. E às vezes é um frete, água potável, uma cesta básica; são essas as necessidades que as pessoas estão tendo agora, e a gente infelizmente não tem recursos para dar conta de toda a demanda. Eu acho uma falta de respeito quando a primeira dama faz campanha de solidariedade como se não estivesse implicada na solução do problema como parte do Executivo. Acredito que as campanhas de solidariedade que estão angariando recursos são iniciativas da sociedade civil organizada. E a gente tem que conseguir distinguir o que é responsabilidade do Executivo do que é responsabilidade da cidadania, do exercício da cidadania. Eu acho que o papel da primeira dama, antes de tudo, é conseguir fazer, junto com o Executivo, esta pressão necessária para que os recursos do nosso orçamento, dos nossos impostos, cheguem para estas pessoas que estão sendo impactadas e que não vá para a publicidade, não vá para pintar os bancos das praças. Eu vi que foi a discussão que tomou conta de um bom tempo do final de semana dos vereadores a denúncia de que estavam tirando os bancos da Redenção para pintar. Desde o início da gestão do Marchezan, a gente vem denunciando que as prioridades desse prefeito são outras. É a orla, são os cartões postais da cidade, ele não vive e não reflete o ponto de vista de quem vive em periferia, de quem vive em comunidade. E agora, neste momento que a gente está vivendo, que a gente precisa dos recursos e a gente precisa de agilidade e transparência, a gente fica na mão de um governo que tem muitas características de um ditador : não respeita a Câmara, nunca nos respeitou no sentido dos pedidos de providências, pedidos de informações e agora, neste momento, eu tenho muito acordo com o que o Ver. Cecchim coloca: novamente, ele vem querendo colocar as suas prioridades em detrimento das prioridades do povo, e eu acho isso uma falta de respeito, inclusive com a Câmara, que vem sendo pressionada por parte da população. Era isso, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Obrigado, Ver. Paulo Brum, minha saudação ao senhor e a todos os colegas vereadores e às vereadoras; eu quero registrar o meu voto de pesar. A nossa colega, chefe do Cerimonial da Casa, Andréia, trabalhou comigo quando eu fui Presidente, trabalhou com os demais vereadores e Presidentes também, perdeu a sua mãe, o Ver. Reginaldo Pujol foi para lá, e eu queria deixar registrado aqui os meus sentimentos, a minha solidariedade a ela e à família.

Eu quero dizer que eu tenho certeza, cada vez mais, que este governo vive uma realidade paralela, só pode ser. E eu invoco o testemunho divino, porque só existiam três pessoas no momento daquela conversa da qual eu vou falar: eu, o prefeito Marchezan e Deus. Nós estávamos no aniversário do professor Francisco Ferraz, antes de iniciar o governo. A bem da verdade, dois ou três meses antes, eu havia encontrado o prefeito Marchezan e o Kevin Krieger caminhando na Rua Gen. Andrade Neves, e nós nos cumprimentamos, eu estava na campanha do Sebastião Melo, e o Marchezan brincou comigo e disse: “Os caras te adoram.” Eu disse: “Quem, Marchezan?” “Os caras da construção civil”. Eu disse que sim, que eu achava que tinha feito um bom trabalho à frente da secretaria. “Realmente, nós deixamos uma boa relação e eu fico à disposição para te ajudar, porque eu acho que tem muita coisa que pode melhorar nessa questão. Eu tenho um compromisso com o Sebastião Melo, mas quando tu quiseres conversar comigo acerca da minha experiência sobre urbanismo, eu estou a tua disposição”. Nunca, evidentemente, o prefeito quis ouvir isso. E o Ver. Cecchim, o Ver. Mendes Ribeiro, a Ver.^a Nádia, a Ver.^a Lourdes talvez não, sabem que em todas as reuniões – eu ainda no MDB – que nós tivemos com ele, eu sempre insisti na questão do erro do redesenho da secretaria de urbanismo. Outros vereadores sabem disso também. Mas eu quero voltar para a casa do professor Ferraz. Era já dezembro, ele não tinha o secretariado montado e eu perguntei: “Prefeito, como estás pensando o negócio com a Câmara? Eu te pergunto isso, porque eu fui líder do governo Fogaça na Câmara por dois anos. Convivi com todas as bancadas e a gente tinha que concertar as votações. Fizemos a revisão do Plano Diretor e outras tantas coisas. Como que vais organizar a base?” “Não estou preocupado com isso, Valter, eu estou preocupado é com gestão”. Eu disse: “Mas, prefeito, tu tens que te preocupar com isso, senão tu não governas”. “Não, não estou preocupado”. Conversa vai, conversa vem, e eu disse: “Prefeito, o senhor tem que dividir o seu governo. Pega uma régua e divide em oito fatias. Cada semestre é uma fatia e, a partir do primeiro dia de governo, o senhor já está correndo atrás da máquina. Então, o senhor tem que acelerar nos primeiros dois anos para que, no segundo, no terceiro e no quarto, as coisas fluam por si só”. O prefeito evidentemente não ouviu isso, como não ouve nada. Não quis ouvir aquilo. E nós passamos dois anos sem governo, literalmente sem governo. Dois anos de enfrentamentos com a Câmara. Vamos lembrar que o prefeito nos chamou aqui de cagões, num evento do MBL, de covardes e de tantas outras coisas. Eu, quando fui Presidente, fiz um enorme esforço de diálogo, os

vereadores sabem disso. Fomos ao Estados Unidos inclusive, fizemos uma comitiva da Câmara, voltamos de lá; nunca mais, nem para nos perguntar as horas, chamaram para levar adiante aquele assunto que nós tínhamos ajudado a buscar, inclusive trinta e cinco milhões de dólares do Banco Mundial, que eu acho que se perderam até, porque nós nunca mais fomos chamados para nada. Agora, por não ter essa noção de tempo, no apagar das luzes – está falando alguém aqui que é igual a qualquer um dos outros senhores, mas que foi líder do governo e sabe que precisa de tempo para isso –, manda esse monte de projetos. Esses dos ônibus, gente, de novo, pedágio! Isso é uma coisa que precisava, no mínimo, de um ano dentro da Câmara, para negociar, para ouvir todos os setores, para permitir que os vereadores dialogassem com todos os segmentos. Pedágio urbano, tarifa de congestionamento no Centro, um Centro que está caindo aos pedaços, que quem vai se instalar lá no Centro para desenvolver uma atividade comercial tinha que ganhar um prêmio. Nós vamos cobrar um pedágio para entrar no Centro agora? É para transformar o Centro, de vez, numa ruína. Vinte e um milhões para a Carris, senhores! Nós já aprovamos 47 no ano passado para renovar a frota, que ainda não foi renovada, e agora mais 21, quando um sistema de transporte como o da Carris tem que ser pensado dentro do processo todo, Carris e Procempa? O Município tem botado R\$ 6 milhões por mês, que eu saiba, nos últimos três meses, para pagar a folha da Carris. Será que Porto Alegre quer isso? Será que o morador de Porto Alegre quer isso? E nós vamos endividar mais ainda a Carris? Esses da logística reversa, eu quero cumprimentar o Ver. Cassio, porque nós iniciamos, nas nossas gestões, um projeto de sustentabilidade na Câmara de Vereadores, que compreendeu a usina solar, a separação completa dos resíduos, o papel zero, a unidade coletora de pilhas e baterias que nós temos lá embaixo, os telhados verdes, isso o Cassio fez uma parte, eu fiz outra parte. Quer dizer, agora, no apagar das luzes, como disseram os vereadores, vêm quantos projetos aí? Sei lá, 25, 30, de um governo que, no primeiro ano, não conseguiu votar um; no segundo ano, não conseguiu votar um, que perdeu o seu líder de governo, o Ver. Cláudio Janta, na época, porque ficou sabendo pela imprensa que ia acabar com a segunda passagem? Que perdeu o seu secretário de Desenvolvimento Econômico, porque ficou sabendo pela imprensa que ia aumentar o IPTU? Um governo que não teve essa capacidade, ao longo desses quatro anos, exatamente desse diálogo, e que não sabe ter noção de tempo, senhores. Não sabe ter noção do tempo: acabou, prefeito. O senhor tem mais seis meses, o senhor está conseguindo fazer alguma coisa agora, porque está usando o seu poder de... (Problemas técnicos no som.) ...como ditador, porque não fez o que tinha que fazer em fevereiro, que já se sabia, em março, porque o Grupo Zaffari, esses outros todos, Gerdau, Ipiranga, conseguiram fazer um hospital em 30, e o senhor, em 90 dias, não conseguiu fazer uma reforma num hospital. Se nós tivéssemos mais 150 leitos, quem estava pagando essa conta não eram os empreendedores de Porto Alegre. Eu fico muito feliz que todos hoje estão, mais ou menos, criando um consenso, quando a gente estava dizendo isso, estamos dizendo desde abril, senhores, que quem empreende não pode pagar essa conta. Acabou o auxílio do governo federal, aliás, eu tenho dito e vou dizer mais uma vez, é o único que vem, no Brasil inteiro, injustamente sendo acusado de genocídio, e é o único que deu ajuda para microempresários, é o único que deu ajuda

para cidadãos, para pessoas, é o único que fez esforços. Sr. Prefeito, o senhor teve todos os tempos do mundo, todos os tempos para fazer o que tinha que ser feito. Catilina, *abutere patientia nostra*. Até quando, Catilina? Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Uma boa tarde aos colegas, às pessoas que estão nos assistindo através das redes sociais; eu sou um defensor, como todos os colegas aqui, da vida, sou um defensor de que a gente preserve a vida em primeiro lugar. Só que o preservar a vida tem sido muito genérico, tem sido muito irresponsável, pode-se dizer, a palavra certa acho que seria essa. O Ver. Cecchim ainda falou no início aqui que andou pela Av. Assis Brasil; hoje de manhã eu andei por várias ruas da cidade de Porto Alegre, eu não sei se seria uma desobediência civil, não sei do que se trata, mas a vida está normal. Eu me lembro de que, no início de março, saía nas ruas, e o trânsito era trânsito de feriados, de feriados aqueles assim, sexta-feira, segunda-feira, feriado mesmo, feriadão. Agora o trânsito é normal, eu tirei fotos para usar nas minhas redes para comprovar o que eu estou dizendo. Trânsito normal, paradas de ônibus lotadas, a cidade com os pontos tradicionais de engarrafamento. A vida segue para alguns, só que para 37.100 pessoas, a vida não segue mais o seu ritmo normal em Porto Alegre. Esse foi o número de pessoas demitidas em maio. Só que o número de procura do seguro-desemprego no mês de junho, o seguro-desemprego, a pessoa ficou desempregada e encaminhou o seguro-desemprego para receber, foi de 66.820 pessoas. Foram 66.820 pessoas, no mês de junho, que procuraram o seguro-desemprego. Isso eu não tirei de lugar nenhum que não o Caged e o IBGE, que são os dois lugares que dão o número de pessoas empregadas e o número de pessoas desempregadas. Eles dizem que 33,9% das pessoas da informalidade estão completamente sem trabalho. Informalidade é aquele cara que vende alguma coisa, aquele cara que tem algum subemprego. Esse cara está completamente desempregado. Se nós olharmos esta semana, hoje mesmo, eu estava vendo que, num cruzamento de sinaleira, nós tínhamos 16 pessoas vendendo rapadura, pano de prato, vendendo carregador de celular, 16 pessoas na sinaleira vendendo alguma coisa. A taxa, o número de pessoas desempregadas no Brasil até o mês de junho, até o dia 20 de junho, subiu 11.800.000 pessoas, nós estamos com 38.100.000 pessoas desempregadas. Isso é a grande pandemia. Nós temos que preservar a vida? Temos. Agora por que o governo do Estado, o governo municipal e a União, até hoje, dizem que ampliaram os leitos de UTI? Mas e os respiradores? Para Covid-19, sem respirador, não existe UTI! Pode botar a UTI que quiser, se não tiver respirador, não existe. Os testes, olha o tempo que demora um teste. A pessoa vai fazer um teste na rede pública, e leva até dez dias para dar o resultado. Quantas pessoas já foram contaminadas com isso? Pelo amor de Deus, nós estamos falando em vidas. Eu fui fazer o teste, eu e a minha família, levei para fazer o teste. Vinte e quatro horas, paguei, tive

que pagar para fazer particular. Agora, quantos podem ainda pagar para fazer particular? Parcelar em seis vezes um teste para saber se está, ou não está com a doença, se teve, ou não teve a doença. Pelo amor de Deus, nós estamos falando de emprego, nós estamos falando de vidas. Aí nós vemos um monte de projetos que, agora mesmo, acabou de dizer o Valter Nagelstein, tem projetos que a Câmara já discutiu, projetos que a Câmara rejeitou! Pelo amor de Deus, vamos olhar para frente! Nós estamos aí com as pessoas que trabalham em Kombi escolar com a corda no pescoço, pessoas que trabalham em táxis, aplicativos, pessoas de creches, todo mundo com a corda no pescoço, escolas particulares, todo mundo com a corda no pescoço, as empresas pequenas, todo mundo com a corda no pescoço. Uma empresa grande, ela consegue dinheiro no BNDES, só que uma lojinha de R\$ 1,99, um bazarzinho não conseguem recursos no BNDES. E como o Cecchim diz: se a lei é igual para todos, ela tem que ser igual para todos, não pode uma empresa de bazar ser proibida de vender, não pode uma empresa de eletrodomésticos ser proibida de vender. Aí se chega nas grandes redes de supermercados, está o eletro funcionando, está o bazar funcionando, está tudo funcionando, vendendo a mesma coisa que o lojista vende na rua. Então, eu acho que não adianta o prefeito vir dizer que somente a cidade de Sorocaba conseguiu que os supermercados vendessem somente comida, higiene e limpeza. Para encerrar, Sr. Presidente. Hoje saiu um chamamento da Sociedade Brasileira de Infectologistas e do Rio Grande do Sul dizendo que não adianta o que nós estamos fazendo, que tem que ser *lockdown*, tem que ser bandeira preta, tem que ser isolamento total das pessoas, que nem fez a Espanha, que nem fez a Itália. Então, nós estamos indo para uma área muito difícil e aí nós vamos ficar votando projetos, muitos que já foram rejeitados o ano passado, muitos que não conseguiram nem quórum para votar, e nós vamos continuar votando. Se as empresas de ônibus estão passando necessidade, o pessoal do transporte de lotação também está, as escolares também estão, os taxistas também estão, os trabalhadores de aplicativos também estão, o pessoal do comércio também está, bares e restaurantes nem se fala, todo mundo está passando por dificuldades. Não venha para cá com projeto para ajudar esses sanguessugas, esses mamadores das empresas de transporte de ônibus de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Em primeiro lugar, meu querido Paulo, meu Presidente da sessão, um abraço a ti e aos nossos colegas todos; eu estou acompanhando, desde o início, a nossa sessão, e se percebe, com toda a nitidez, a preocupação de todos nós com relação à vida, à saúde das pessoas, dos nossos porto-alegrenses. Eu quero deixar um caso até para uma dica. A minha filha fez 15 anos, completou no dia 8 de julho, e nós estávamos, desde o ano passado, preparando uma festa para ela. Ela estava bastante ansiosa e no aguardo da sua festa, que,

evidentemente, não aconteceu em razão da pandemia. Fizemos o seguinte: um *drive-through* solidário, em que as pessoas que convidaríamos para a festa viriam aqui para casa, passariam aqui na frente. Eles passavam, deixavam alimentos, e nós dávamos um mimo para eles. Para ter uma ideia, nós arrecadamos um pouco mais de 800 quilos de alimento, além de roupas e alimento para gatos e cachorros. O que eu quero dizer com isso? Que esses eventos que são possíveis de se realizarem um pouco diferente, eles trazem um resultado interessante de doações, por quê? Porque o nosso cidadão porto-alegrense tem, sim, a ideia de continuar com as doações principalmente de alimentos e vestuário para as nossas pessoas mais necessitadas. Então só fiz esse registro para dizer que são eventos simples, fáceis de fazer e que trazem resultados importantes na conquista de alimentos e vestuário. Um abraço para vocês, obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Boa tarde Presidente, Ver. Paulo Brum; demais vereadores; primeiramente, quero aproveitar a oportunidade para parabenizar a filha do Ver. Aírto Ferronato pelos seus 15 anos, e que no próximo aniversário, Ferronato, tu possas fazer uma grande festa, não nos 15, mas nos 16, para a tua filha, mercedamente. Ontem, Ferronato, era aniversário da minha mãe, 82 anos, e nós não pudemos comemorar como gostaríamos, devido à pandemia, porque, pela idade dela, a gente tem que tomar cuidado redobrado. Significa isso, quando a gente não consegue comemorar os aniversários de nossos familiares, é porque nós estamos num momento bastante difícil, que é a pandemia. Todos nós acabamos tendo algumas mudanças no nosso cotidiano, na nossa vida, e estamos com uma vida bastante diferente. A economia da nossa cidade, que até pouco tempo tinha um dos menores índices de desemprego, Ver. Cláudio Janta, mudou, com certeza esse índice aumentou muito e vai continuar aumentando, por causa da pandemia. Mesmo que os nossos comércios e as nossas empresas estivessem funcionando, as pessoas, certamente, com essas mudanças de hábito, não frequentariam alguns tipos de comércios, de empresas, e a nossa economia iria sentir igual o impacto. O que acontece, hoje, é que nós temos, sim, algumas medidas adotadas e que nem todos nós concordamos, e talvez esse protocolo nós precisemos rever. Como, por exemplo: as indústrias, a construção civil, há necessidade, mesmo na pandemia, na bandeira vermelha, de fechar? Ou essas são empresas em que o contato entre as pessoas é menor e não movimenta aglomerações? Talvez seja importante que empresas desse tipo voltem e que mesmo na pandemia se consiga mantê-las abertas, até porque elas geram algum tipo de recurso para a cidade. Eu acho que é nessa discussão que nós temos que dar uma aprofundada. Eu mesmo, como líder do governo, muitas vezes discordei nas reuniões, mas eu acho que podemos rever. Assim como outras atividades de outras empresas, como foi citado por outro vereador, alguém que foi uma vidraçaria, acho que foi o Ver. Cassiá. São coisas que nós

vamos ter que rever, além do fechamento; rever algum tipo de empresa que não gere aglomeração e que possa continuar funcionando, e, dessa forma nós temos que ir ajustando no dia a dia. Eu tenho certeza que todos nós queremos o melhor para a cidade, ninguém quer prejudicar ninguém.

Agora, nos últimos dias, trocando um pouco de lado, eu acho que nós temos que fazer essa discussão, sou parceiro para fazer essa discussão com os vereadores, nós temos que levar essa discussão para a sociedade, fazer o bom diálogo e ir conversando com o Executivo para fazermos o ajuste fino necessário. Mas algo que tem me preocupado muito nos últimos dias, são as falas de alguns vereadores contra os supermercados. Eu tenho origem no supermercado, acho que ninguém precisa defender, mas eu acho que ao invés de nós ficarmos criticando os supermercados, nós devíamos estar enaltecendo, porque eles estão tendo um papel muito importante nessa pandemia. As pessoas que trabalham nos supermercados, empregos importantes na nossa economia, estão ali atendendo às pessoas, não pararam de atender nenhum minuto. É uma atividade totalmente essencial, porque ninguém conseguiria sobreviver com os supermercados fechados. E, ao invés de estarmos parabenizando os supermercados, que, na minha opinião, merecem esses aplausos, nós estamos aqui, várias vezes, em sessões que eu tenho visto, vereadores criticando os supermercados porque eles têm atendido, além da venda de alimentos, em outras atividades que aquelas empresas não podem estar abertas. Eu acho que muito melhor do que ficarmos criticando os supermercados, é brigarmos para que mais empresas possam trabalhar, não que feche uma parte dos supermercados ou que fechem os supermercados. Ao invés de brigar para fechar a parte de eletrodomésticos dos supermercados, por que não abrir as lojas de eletrodomésticos então? Eu acho que os supermercados não têm essa culpa, merecem o nosso respeito, merecem os nossos aplausos, e eu, como conheço bem esse setor, sei o trabalho que eles estão executando durante a pandemia, quero parabenizar todos os supermercadistas, os minimercados, os supermercados, as padarias, os açougues, as fruteiras, que, mesmo com a pandemia – e os pequenos e médios, que, muitas vezes, é o próprio dono que está lá trabalhando com a sua família – estão trabalhando, correndo o risco de pegar o coronavírus. Desde o momento mais difícil, no início, quando estava todo mundo assustado, eles estavam lá, trabalhando, atendendo e mantendo a população abastecida de seus alimentos por ser uma atividade essencial. Então eu quero parabenizar todos os supermercadistas, toda a cadeia de supermercados, os representantes comerciais, atacados, distribuidores, os pequenos mercados, açougues, padarias, fruteiras e as farmácias também pelo excelente trabalho que têm prestado a toda a população de Porto Alegre durante essa pandemia. Meus parabéns, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver. Paulo; boa tarde a todos meus colegas; cumprimento quem está nos acompanhando também. Eu estava ouvindo atentamente a fala de cada um dos meus colegas, e queria fazer só um apanhado, não vou tomar muito o tempo dos senhores e das senhoras. Primeiramente, eu gostaria de responder ao Ver. Mauro Pinheiro, por quem tenho o maior respeito e consideração, mas acredito que se equivocou na sua fala quando disse que os vereadores estão criticando os supermercados e perguntou por que os vereadores não lutam para abrir outros tipos de empreendimentos. Eu acho que isso nós já estamos fazendo há algum tempo, Ver. Mauro. Os vereadores estão, há algum tempo, pedindo pela abertura de outros estabelecimentos, pedindo que se possa trabalhar. Diversos vereadores desta Câmara têm feito isso. E as críticas aos supermercados, não são aos supermercados, acho que todos os empreendedores merecem os nossos agradecimentos e os nossos parabéns por estarem resistindo a um momento tão difícil, mas por que o supermercado pode continuar vendendo itens que alguns de seus concorrentes não podem porque estão fechados. É uma questão de isonomia de tratamento, de possibilitar uma competitividade, como os empreendedores merecem. Então, nós tentamos, sim, e estamos tentando lutar para que outros empreendimentos, outros comércios, enfim, possam trabalhar com todas as medidas de segurança. Sobre a fala dos colegas, especialmente do Ver. Cecchim, que iniciou falando sobre a votação de outros projetos, o Ver. Cassio também o somou, o Ver. Valter e outros também complementaram com alguns pontos que eu considero relevante, eu tenho a minha percepção pessoal sobre isso. Eu não me incomodaria de votar outros projetos, esses projetos do governo, acho que alguns deles, como já falaram, já foram apreciados, já foram discutidos, e não caberia, não teria espaço para isso, acho até que não é nem prioridade, no meio de uma pandemia, falar sobre pedágio no centro da cidade. Então, no caso, me parece que esse pacote de projetos do governo significa, em outras palavras, fazer tudo aquilo que o governo não fez ao longo dos seus três anos e meio de gestão, querendo fazer aos 45 do segundo tempo. Nós temos aí, em breve, uma eleição, o NOVO sequer terá candidato a prefeito, então me considero totalmente desprezado de interesse e intenções para poder fazer a crítica de que o prefeito poderia ter encaminhado boa parte desses projetos ao longo dos seus três anos e meio de mandato. Agora mexe com questões estruturais nos últimos seis meses, algumas delas sequer são prioridades e há consenso, e algumas são bem polêmicas, inclusive, que eu, particularmente, não acredito que são solução para nada, como é boa parte do pacote de transporte, que não é solução para a mobilidade, mas apenas para salvação de algumas empresas. A gente está vendo, aí, uma sinalização do governo, inclusive, de usar a Carris, a nossa estatal, para encampar linhas, encampar empresas, ou seja, expandir os seus serviços e até resultar em mais prejuízo ainda para o cidadão de Porto Alegre. Então eu acho que está muito açodada essa forma com que o governo mais uma vez coloca os seus projetos, especialmente esses que a gente já vinha discutindo. Acho que merece essa crítica por conta desse tempo todo que já tivemos de trabalho desta legislatura para poder encaminhar boa parte deles. Eu não me importaria de votá-los, mas entendo e respeito e muito as críticas feitas pelos meus colegas vereadores porque as reconheço como uma tentativa do governo de governar através de

projetos que não fez durante todos os seus três anos e meio de gestão e quer fazer agora, aos 45 do segundo tempo, como eu falei. Um abraço a todos e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Felipe. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu estou ouvindo aqui atentamente os pronunciamentos e vou me tornar chato no que eu venho falando aqui. Ou todos cumprem as bandeiras, ou o tratamento, esse diferenciado para alguns segmentos, tem que ser dado para todos segmentos. Olha, está falando aqui quem deve tudo o que tem ao futebol. Tudo o que eu tenho, eu devo ao futebol, como cronista esportivo. Presidi a Associação dos Cronistas Esportivos, viajei o mundo com a RBS, com a Globo, continuo tendo um programa de televisão independente. Agora, hoje, por exemplo, com todos esses problemas do avanço da pandemia, os treinos normais para Grêmio e Inter foram liberados a partir de hoje. Treinos coletivos, aglomerações, treinos com contato. A partir do dia 23 teremos jogos; não teremos torcida, é verdade, mas teremos 30, 40 integrantes de cada equipe, entre técnicos, dirigentes, Brigada Militar, arbitragem, enfim, teremos mais de 150 pessoas envolvidas. Bom, será que o futebol foi privilegiado, nesse sistema, pelo governador Leite, pelo prefeito Marchezan, porque a crônica esportiva, os meus colegas pressionaram todos os dias em seus programas? E os ginásios esportivos, que estão fechados há cem dias? Nem todos são proprietários de ginásio esportivo! Os professores alugam os ginásios esportivos, estão lá pagando aluguel e não podem usar? Será que as escolinhas de futebol não poderiam funcionar como estavam antes, Grêmio e Internacional, três, quatro alunos a cada horário? Não, Grêmio e Internacional foram privilegiados. E as academias? O próprio prefeito Marchezan e o próprio secretário Pablo propuseram, a cada 16 metros quadrados – vejam bem, a cada 16 metros quadrados – um aluno, e estavam funcionando bem, funcionando de forma ótima. Retrocederam, estão achando então que o vírus está dentro das academias, está dentro das escolinhas, dos ginásios esportivos? Mas lá no Internacional quatro jogadores testaram positivo, além do próprio presidente do Grêmio, jogadores, o auxiliar técnico do Renato. Eu não estou aqui criticando o fato de terem liberado os treinos da dupla Gre-Nal a partir de hoje e o campeonato gaúcho a partir do dia 23; eu estou criticando que este critério não está sendo o critério adotado para outras atividades esportivas. Os clubes sociais esportivos de Porto Alegre, a Prefeitura quer protocolos mais rígidos. Medição de temperatura, álcool gel, tudo o que a Prefeitura exige. O Ver. Cecchim falou certo, o Ver. Cassio e outros vereadores que se pronunciaram aqui. Ora, vamos cuidar de maneira igual de todos os segmentos da sociedade que estão sofrendo, não podemos privilegiar alguns e outros não. Essa questão da construção civil, por que só as obras públicas podem funcionar? Por que as obras privadas não podem funcionar? São questões que estão no ar, questões que

precisam ser respondidas. Olha, Ver. Janta, a gente fica pensando e não consegue chegar a uma conclusão do que se passa pela cabeça desse menino, o gestor de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente; um abraço, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Primeiro, eu quero me desculpar com o Ver. João Bosco Vaz – avisei a ele que falaria publicamente. Outro dia falei com os vereadores que participaram do futebol, o Bosco, o Cassiá, que foram cronistas esportivos, e o Ver. Bosco continua sendo cronista e tem um programa, e no momento da fala aposentei o Ver. Bosco. Então me perdoe, Ver. Bosco; é um orgulho conhecê-lo, ser seu amigo, sei que você faz um excelente trabalho pelo esporte, não só tradicional como esporte amador, organizou a várzea, que deixou de ser várzea, é mais organizada que muitos campeonatos profissionais. O senhor tem todo o meu carinho e meu respeito, então me desculpe vereador, por tê-lo aposentado. Eu sei que o senhor está na ativa, tem um excelente programa e continua, mesmo na pandemia, fazendo um belo trabalho pelo esporte de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Quanto aos projetos do governo que vieram para a Câmara, outros do Executivo ainda virão; muitos desses lidos hoje são pedidos de urgência a projetos que já estão há bastante tempo na Casa, alguns deles relacionados à pandemia, outros não, mas que o Executivo julga serem importantes para esta legislatura, assim como para o próximo governo, independente de quem venha a ser o prefeito de Porto Alegre em 2021. Portanto, o que eu me proponho a fazer junto com os vereadores é estudar cada um dos projetos, e aqueles projetos que os vereadores tiverem dúvidas, se assim o desejarem, faremos reuniões para tratarmos de conjuntos de projetos – por exemplo, os da sustentabilidade. A gente pode convidar o secretário Germano para que ele possa explicar cada um dos projetos junto com sua assessoria e, dessa forma, através do diálogo, buscando que os vereadores possam entender os projetos e ver aqueles que têm uma prioridade maior. Como bem disse o Ver. Cassio, ver os mais prioritários dos prioritários para que a gente possa, em conjunto, decidir qual o projeto mais importante, junto com o Executivo, com os secretários, fazendo a discussão para que a gente possa ir aprovando esses projetos o mais rápido possível. A gente sabe que os vereadores também têm projetos de suas autorias e têm necessidade de aprová-los, e isso é importante para os vereadores, que têm tido um pouco de dificuldade, primeiro pelo grande número de projetos de urgência do Executivo e, segundo, pela própria pandemia. Então a nossa ideia é de fazermos o diálogo com os vereadores, com os secretários, para explicar os projetos. Sei da necessidade de votar os projetos mais prioritários do Executivo importantes para a cidade e também discutir com os vereadores. O nosso Presidente Pujol sugere que não façamos o recesso, para que se faça a votação dos projetos, inclusive fazermos reuniões conjuntas.

Nós também somos parceiros, quem sabe intercalar projetos do Executivo e do Legislativo para que a gente possa, dentro dessas prioridades, avançar mais rapidamente na aprovação dos projetos que julgamos importantes para a cidade. Então eu me coloco à disposição de todos os vereadores para juntos construirmos esse diálogo, trazermos secretários ou dirigentes do Executivo para explicarem os projetos do governo, para que todos possam entender e eles possam fazer suas considerações, para aprovarmos o mais rápido possível projetos importantes para a cidade, independente se o projeto é de vereador da oposição, da situação, independente de qualquer coisa, mas que sejam projetos importantes para a cidade. Contem comigo, eu me coloco à disposição de todos os vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Ver. Paulo Brum, comandando os trabalhos. Olha, eu me surpreendo, eu ouço muito discurso, mas na prática, às vezes, a votação é diferente. Quero lembrar aqui que nós votamos a abertura do comércio por 21 a 14 votos, e na hora de nós derrubarmos o veto do prefeito, perdemos por 16 a 18. Então temos que ter muito cuidado, porque é muito discurso que não está fechando com a nossa decisão às vezes. Nós estamos como o comércio do Marchezan: abre, fecha; fecha, abre. Tem gente que vai lá, conversa com o prefeito e faz outra coisa, diferente do discurso que prega aqui. Olha, eu gostaria de ter uma opinião junto com vocês, mas eu estou com dificuldade de saber o que a maioria quer. Eu vejo que nós estamos cobrando abertura do comércio, quando estamos votando para não abrir. Ou não votamos, não dizemos nem sim, nem não. Só falta alguém dizer agora que eu sou o corregedor da Câmara – não, é o que está acontecendo! Eu não sou corregedor, mas eu fico perdido também, a maioria dos meus colegas está nos altos e baixos. Uma hora votam uma coisa, uma hora é para abrir, outra hora é para fechar. Por exemplo, sobre o que o Nagelstein e o Cecchim puxaram o assunto, vamos chegar ao consenso; o que está faltando é consenso, nós falamos muitas vezes cada um por si, muitas vezes vamos lá, conversamos com o prefeito e se vota o projeto tal... Uma base aí que muda constantemente, assim como foi lá atrás o projeto do IPTU, uma surpresa, mais de 20 votos a favor da cobrança de IPTU. Aí a gente fica com medo de acompanhar esse raciocínio que parece unânime, mas não é. Vai lá, conversa com o prefeito uma coisa, chega aqui, vota diferente daquilo que disse na semana passada. Eu concordo plenamente com vocês. O que dá para votar, vamos votar; agora, se a maioria entender que deve votar projetos só relacionados ao coronavírus... Mas não é isso que eu noto em algumas lideranças que acordam com o prefeito, com a Prefeitura, por outros interesses, e, na realidade, na hora de votar, não sacramentam o seu voto a favor da abertura do comércio, conforme falam. Essa é a coerência que está faltando. Eu ouvi todas as manifestações, não condeno ninguém, mas acho que temos que ter um viés: se

a Câmara é uma só, vamos chegar a um consenso, acertar com o Presidente. Mas aí a gente vota de uma forma e na outra semana faz outra coisa! Mauro, hoje eu fui a uma vidraçaria no Centro, o Centro está tranquilo, não tem movimento quase, entravam nas lojas duas pessoas de manhã e outras de tarde. Esses são os culpados, o comércio é o culpado? Supermercados lotados, a orla... Até que vocês se deram conta de que a orla tinha que fechar! As paradas de ônibus lotadas. E tem razão aqueles que falaram que os supermercados estão vendendo geladeira. O comércio fechado e o supermercado vendendo produto que não é de supermercado. Os supermercados nunca venderam tanto. Tem vereador aqui, me desculpe, que queria o fechamento do comércio, agora quer abertura, em seguida muda de novo, vai para um lado, vai para outro. Ou querem a abertura do comércio ou não querem. Esse fecha e abre o Marchezan está cometendo também, mas nós não podemos cometer, temos que assumir a responsabilidade da Câmara, a Câmara é maioria. Desculpem-me, eu sei que muitos ficam brabos comigo quando falo essas coisas, mas nós temos que tratar as coisas com coerência. Não adianta ficar brabo, tem que fazer, tem que ajudar a Câmara num todo. Nós estamos aqui dependendo do prefeito, é brincadeira, porque não temos maioria. Não adianta falar mal do prefeito, nós temos que atuar contra o prefeito, com maioria na Câmara, e temos maioria só que temos que exercê-la. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Ver. Paulo Brum, na presidência dos trabalhos; colegas vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, boa tarde. Ouvi atentamente a fala dos colegas vereadores e concordo com muito das falas, mas vou ser também repetitivo e vou ser chato. Eu sou um admirador do trabalho da Secretaria de Saúde desde o início desta gestão, sempre foi um exemplo para todos nós, mas vou manter a coerência de falar e repetir o que venho dizendo há muito tempo. Desde o começo da pandemia houve equívocos nas decisões, e mais do que nunca a população de Porto Alegre depende de decisão política, e as decisões políticas têm que ser bem-feitas. Desde o começo não houve coerência nenhuma nas atividades que abrem, nas atividades que fecham; no que pode, no que não pode. E a gente viu nesse tempo todo a falta de investimento adequado na saúde. Nós estamos vendo os relatórios dos hospitais, das UTIs, em que os hospitais que não estão atendendo ao tratamento do Covid-19 estão com cem por cento das UTIs ocupadas. Isso é normal do nosso inverno, estamos cansados de ver. O que foi feito para amenizar o tratamento do coronavírus durante o inverno? Nada. Hoje nós temos mais de R\$ 21 milhões no cofre do poder público sem serem utilizados para infraestrutura e investimento adequado na gestão da saúde em Porto Alegre. Quem paga o preço? A população de Porto Alegre. É muito mais fácil fechar tudo, ninguém sair de casa, o vírus ficar no ar e não conseguem fazer o investimento adequado. Nós vemos as obras

públicas em Porto Alegre bombando, vemos toda hora visitas em obras de Porto Alegre, a orla do Guaíba, asfalto aqui, asfalto ali, faixa de ônibus... E a saúde de Porto Alegre? E as pessoas que precisam trabalhar e ganhar o seu sustento? Hoje saiu no jornal que a economia perdeu 123 mil empregos formais no Rio Grande do Sul. Gente, onde vamos parar? O que vai ser do nosso futuro? Quantas crises mais vamos precisar enfrentar e passar após essa grande crise sanitária que estamos enfrentando? Eu sempre digo que na política, quando a decisão é feita sozinha, a chance de errar é muito grande. Decisão política tem que ser compartilhada, tem que ouvir entre todos e ouvir bem. Como o Ver. Idenir Cecchim disse, é isso que está acontecendo nas decisões de Porto Alegre: estamos nas mãos do secretário Pablo, um excelente profissional, tenho muita admiração pelo seu trabalho, mas vem errando na pandemia, nas mãos do Marchezan e de alguns secretários. A decisão da população de Porto Alegre está na mão desse pessoal, e a gente não participa quase nada. A gente marca reunião com o prefeito aqui na Câmara, tardia, depois que o decreto foi editado. Nunca antes uma reunião com prefeito depois de ter o decreto editado. Quando a gente começa a errar, a gente erra até o fim, e é isso que está acontecendo em Porto Alegre. Lastimo por milhares de vidas em Porto Alegre que vão enfrentar esse problema depois, sem emprego, sem recurso, sem segurança pública, enfim, onde nós vamos parar? Um abraço a todos os colegas vereadores, a saudade é grande de participar de uma reunião pessoal com todos vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde. A gente realmente vê na cidade que nos supermercados com lojas maiores vende-se de tudo, e centenas de lojas poderiam estar abertas ganhando o seu pão de cada dia, mas estão fechadas. Também instituições, igrejas poderiam estar sendo utilizados ajudando a população, infelizmente também não estão fazendo aquilo que deveriam fazer e que fazem muito bem na cidade. Recebemos na semana passada o pacote de projetos do governo municipal, e quero falar sobre os projetos que versam sobre a sustentabilidade, em especial à logística reversa de medicamentos. Um dos projetos é o de Indicação nº 006/19, que sugere ao Sr. Prefeito a criação do programa Farmácia Solidária destinada a realizar a logística reversa de medicamentos, ou seja, a captação de medicamentos fora de uso para distribuição gratuita à população vulnerável que não tem condições de comprar seus remédios. Esse projeto foi, inclusive, objeto de lei recentemente promulgada pelo Estado, Lei nº 15.339/19, a exemplo do que já é feito na cidade com auxílio para tratamento da população mais carente. O projeto Farmácia Solidária foi de iniciativa da Deputada Estadual do Republicanos Fran Somensi. Estranha-me o fato de que, quando apresentei este projeto ao secretário de Saúde do Município, não obtive apoio necessário do Poder Executivo. A emenda comum ao orçamento no valor de R\$ 200 mil para a execução desse projeto também foi vetada, tendo o veto derrubado

depois na Câmara de Vereadores. Agora recebemos um PELO do Sr. Prefeito para aprovar esse projeto, ou seja, boas notícias dos vereadores não são aceitas e depois são encaminhadas pelo Executivo para aprovação dizendo que é para beneficiar a população e o meio ambiente. Colegas vereadores e vereadoras, boas ideias devem ser sempre boas ideias e não devem ser vistas como boas ou ruins a partir de quem é o seu proponente. Seremos favoráveis ao projeto com a devida ressalva de que o Executivo deve divulgar e dialogar sempre com a Câmara de Vereadores, pois o Legislativo também tem boas ideias e bons projetos para a cidade independente de partido. Agora podemos aproveitar que a emenda foi aprovada para que, então, o Executivo dirija o valor de R\$ 200 mil para criação do programa Farmácia Solidária na cidade de Porto Alegre. Um abraço a todos os nobres vereadores e a todos que nos assistem, que Deus nos abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente.
(Pausa.) Ausente.

O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra em Grande Expediente.
(Pausa.) Desiste.

(O Ver. Reginaldo Pujol reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, com 33 vereadores presentes, há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 16h06min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Antes de desenvolver os primeiros trabalhos relacionados com este segmento da nossa ordem de trabalhos, quero fazer uma comunicação importante à Casa. Amanhã teremos reunião com os produtores de eventos de Porto Alegre, com início às 11h e conclusão prevista para as 13h, numa articulação que nós faremos com nossa Diretoria Legislativa. A partir das 24 horas de hoje, um colega nosso completa 50 anos – esse colega é o Ver. Valter Nagelstein, a quem eu quero, antecipadamente, apresentar os cumprimentos em nome da Mesa Diretora da Casa do Povo de Porto Alegre. Ver. Valter, meus cumprimentos pelos seus 50 anos e, dentro do seu

aniversário, que ocorre exatamente no dia em que se comemora a Queda da Bastilha, 14 de julho, nós teremos essa oportunidade de dialogar com os produtores de eventos de Porto Alegre, numa iniciativa que Vossa Excelência pontificou, coincidentemente com o dia do seu aniversário. Então, amanhã, certamente, haverá um almoço em família para comemorar, mas antes, porém, nós temos esse diálogo com os produtores de eventos de Porto Alegre; teremos ainda no dia de hoje oportunidade de informar quem serão os cinco debatedores e qual será a ordem da programação. Por devolvo o comando dos trabalhos ao nosso diretor legislativo para que ele apregoe a primeira matéria da ordem do dia de hoje.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Presidente, antes me permita agradecer pela gentileza. O senhor é muito gentil, como sempre, é um *taura gentleman*, como eu sou também, os homens lá da fronteira são assim, um pouco grosso às vezes, no meu caso, mas sempre gentis como no seu caso. Muito obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): É um cumprimento da fronteira oeste da campanha, de Quaraí para Bagé – meus cumprimentos pelos 50 anos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0048/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/20, que altera o *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 850, de 17 de abril de 2019. (Possibilidade de execução de obras em forma de contrapartida/Outorga onerosa do direito de construir no Município de Porto Alegre.) (SEI 004.00006/2020-35)

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 06-07-20 por força do art. 95 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLCE nº 004/20. (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir a matéria. (Pausa.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu consulto se essa matéria tem alguma emenda ou não?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, ainda há emendas que estão chegando, chegaram assim um pouco em cima do laço; então o pessoal da assessoria ainda está organizando essa parte de

apreçoamento das emendas. A sugestão foi de que começássemos pela discussão da matéria para posteriormente apreçoar as emendas. Até o momento a matéria tem cinco emendas.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores, vereadoras, Luiz Afonso, cumprimento toda população de Porto Alegre que também nos assiste neste momento. Esse tema do solo criado é um tema que Porto Alegre inclusive foi pioneira na sua implantação. E o solo criado sempre foi ou deveria ser uma ferramenta que servisse para o desenvolvimento urbano da cidade, inclusive no solo criado, na sua legislação original, dizia que boa parte do recurso deveria ir para o Fundo de Desenvolvimento Municipal, e outra parte, 25%, ser aplicado nos programas habitacionais da cidade de Porto Alegre. Ao longo do tempo, se viu que isso não aconteceu, não foi destinado, inclusive para equipar a Secretaria de Planejamento, essa secretaria que já nem existe mais. Isso é um prejuízo para a cidade de Porto Alegre. O Sr. Prefeito Municipal propõe, neste momento, para auxiliar, inclusive, as empresas em tempos de pandemia, que o pagamento do solo criado pode se dar de outras formas, inclusive com contrapartidas de obras, de serviços, de outras atividades. Bem, se essas contrapartidas forem bem planejadas e bem fiscalizadas, não vejo nenhum impedimento para que isso aconteça. Por outro lado, já temos que deixar claro e destacar com clareza que essas contrapartidas do solo criado que serão pagas pelas empresas não podem substituir as suas obrigações naquelas medidas compensatórias ou mitigantes – inclusive, há uma emenda do colega Ver. Marcelo Sgarbossa que clareia isso. Então, se uma determinada empresa vai realizar um projeto e precisa, pela força da lei já existente, do licenciamento ambiental ou de compensações sociais para a cidade de Porto Alegre, esses pagamentos do solo criado não podem ser destinados para essas medidas já organizadas e pré-determinadas.

E nós, Ver. Pujol, o senhor que é um militante também do tema ambiental, estamos propondo uma emenda, fiz questão de falar já no início para dar tempo para que os colegas analisem e possam debater juntos. Uma emenda que diz o seguinte: também pode ser colocado como compensação, para compensar o solo criado, a realização em Porto Alegre da regularização fundiária, seja ela na elaboração dos seus projetos, seja ela na execução de obras de infraestrutura, seja ela num processo de legalização. Nós sabemos que Porto Alegre ainda tem em torno de 700 comunidades irregulares, e essas comunidades não conseguem avançar na sua regularização porque não existe orçamento do Município de Porto Alegre que possa atender essa demanda. Bom, e agora que nós sofremos duas grandes intempéries climáticas, o ciclone associado com grandes chuvas, associado à carência de serviços públicos de infraestrutura do saneamento, nós tivemos mais de 100 comunidades que ficaram embaixo d'água. E essas comunidades, quase a totalidade delas, Ver. Pujol, são carentes de regularização fundiária, que já tem, inclusive, muitas delas, Áreas Especiais de Interesse Social – AEISs aprovadas por nós, na Câmara, mas que não conseguem avançar nos seus programas de regularização.

Então, eu estou sugerindo essa emenda para todos os colegas vereadores, para que nós possamos também trabalhar na agenda daquelas comunidades excluídas hoje da urbanidade para que elas possam também serem integradas. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu agradeço ao Ver. Engº Comassetto, realmente, em trazer essa discussão muito oportuna a respeito desse tema relevante, que merecem, como sempre, as matérias que são enviadas a nossa discussão de deliberação, mas essa, muito especialmente, pelo seu objeto e, sobretudo, pela sua qualidade. Devolvo a coordenação dos trabalhos ao nosso diretor legislativo para que, de imediato, promova o anúncio do próximo inscrito para se manifestar sobre o tema.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/20.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol; novamente, demais vereadores. Queria aqui aproveitar o seu retorno, Ver. Reginaldo Pujol, e deixar consignado os meus sentimentos em meu nome, em nome da minha família à colega Andréia, nossa chefe do cerimonial, pelo passamento da sua mãe, que Deus possa confortar a ela e a toda a sua família, os amigos, neste momento de tamanha tristeza, que possam ter muita força e fé para superar este momento.

A discussão preliminar deste projeto do solo criado, que prevê a contrapartida através de obras, eu não quero aqui errar o ano, mas eu creio que, em 2018 ou 2019, nós aprovamos uma atualização da lei do solo criado, inclusive incluiu aí as questões relacionadas ao médio adensamento e já algumas possibilidades de contrapartida de pagamento de solo criado. Contudo, não ficou claro, naquele momento, é o que me disse o secretário da SMAMS, o secretário Germano, quando eu perguntei a ele exatamente por que esse projeto estava agora aportando aqui na Câmara Municipal, ele me relatou que não ficou claro que obra seria uma possibilidade contrapartida ou de pagamento para as questões do solo criado. Logicamente que vai precisar toda uma questão de formulação de tabelas para esses valores, para fins de comprovação, inclusive, quando da fiscalização dos órgãos de controle.

Então, me parece que o projeto é muito simples, ele só está deixando claro que obras poderão ser dadas como pagamento na aquisição do solo criado. Eu queria aqui também, Presidente, nós estamos agora votando o primeiro projeto, retornando de forma virtual para a votação de forma ordinária. Nós temos aí dois projetos elencados na priorização de hoje. Eu queria aqui fazer uma sugestão com a devida análise de todos os colegas e de V. Exa., Presidente, que nós pudéssemos, ao encerrar a discussão deste projeto, deixar a votação para a próxima sessão. Da mesma forma, ao ingressarmos no próximo projeto, que também finalizemos a discussão e não ingressemos na votação,

tendo em vista que são muitas emendas, e até nos apropriarmos de todas a emendas é necessário que tenhamos um prazo. Obrigado, um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Cassio Trogildo, em tempo hábil nós iremos considerar a sua proposta, a qual recebemos com simpatia. Retornamos agora às manifestações.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/20.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente. Mais uma vez, saúdo a todos os colegas. Eu entendo que este projeto é muito bom, o PLCE Nº 004/20, até porque o Estatuto das Cidades, a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, aqui eu vou praticamente definir o que nós devemos saber e por isso que nós entendemos que o projeto é bom. Vou ler o que dispõe (Lê.): “O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), dispõe sobre o instituto em norma-quadro. A disciplina municipal do tema coube à Lei Complementar nº 850, de 2019, que previu a possibilidade de conversão dos valores de outorga onerosa em contrapartidas como dação em pagamento de bens, inclusive imóveis, a permuta de área construída e outros serviços de utilidade pública Municipal”. Isso, no meu entender, é muito bom, porque dá várias alternativas há muitas pessoas que querem construir, ampliar, enfim. As contrapartidas no Município, que a gente ouve falar, Presidente, são aquelas que a pessoa faz um prédio numa região da Capital, beneficiados por algumas coisas da Prefeitura, do dia a dia, e quando vê a contrapartida poderia ficar no bairro e não fica, a contrapartida é feita em outro bairro. Então, isso vai dar a possibilidade, eu conheço muitos casos que a pessoas querem vender os seus imóveis, fazer um prédio naquele terreno, fazer contrapartida, as pessoas não conseguem construir, não tem a contrapartida, isso vai dar uma possibilidade e uma maior flexibilidade na conversação com a Prefeitura. Então, vou votar a favor, tenho certeza que as emendas que vamos discutir vão ampliar essa capacidade, vão melhorar ainda mais este projeto, aquelas que não forem boas vamos vetar. É esse o objetivo, acho que o projeto é bom. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Adeli Sell, Engº Comassetto, Prof. Alex Fraga, Marcelo Sgarbossa, Karen Santos e Roberto Robaina, ao PLCE nº 004/20.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/20.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria dos vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 004/20.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto e Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 004/20.

Apregoo a Emenda nº 04, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLCE nº 004/20.

Apregoo a Emenda nº 05, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLCE nº 004/20.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 02 e nº 03 ao PLCE nº 004/20.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 004/20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Defiro o requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLCE nº 004/20.

Defiro o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 02 e nº 03 ao PLCE nº 004/20.

Defiro o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 04 e nº 05 ao PLCE nº 004/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 05, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Cassiá Carpes e Ver.^a Mônica Leal, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 07, de autoria do Vereador Márcio Bins Ely, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 08, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia e do Ver. Mendes Ribeiro, ao PLE nº 007/20.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 08 ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 09, de autoria dos vereadores Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni e Engº Comassetto, ao PLE nº 007/20.

Apregoo requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 09 ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria dos vereadores Valter Nagelstein e Cláudia Araújo, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria dos vereadores Lourdes Sprenger e Idenir Cecchim, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria dos vereadores Airto Ferronato e Paulinho Motorista, ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 13, de autoria dos vereadores Alvoni Medina e José Freitas, ao PLE nº 007/20.

Apregoo o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 13 ao PLE nº 007/20.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria dos vereadores Ricardo Gomes e Mendes Ribeiro, ao PLE nº 007/20.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 02, 03, 04 e 11 ao PLE nº 007/20.

Para nenhum dos destaques é necessária a dispensa do envio às comissões porque a matéria já se encontra na Ordem do Dia, por força do Art. 95 da Lei Orgânica.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Defiro o requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 08 ao PLE nº 007/20.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 09 ao PLE nº 007/20.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 13 ao PLE nº 007/20.

Defiro o Requerimento de autoria da vereadora Lourdes Sprenger, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 02, 03, 04 e 11 ao PLE nº 007/20.

Parece-me que temos duas situações de caráter imediato. Primeira, relativamente à matéria em discussão, para a qual, tem três ou quatro solicitações de destaque. Admito que antes de eu declarar encerrada a discussão, deveríamos ouvir o plenário sobre as solicitações de destaque.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, acho que há pedidos de discussão da matéria dos Vereadores Adeli Sell e Mauro Pinheiro.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Queria mais era tirar uma dúvida, Dr. Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Pois não.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): O senhor leu várias emendas, todas são deste projeto ou tem emendas do projeto do mobiliário urbano?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Mauro, o senhor tem razão. Do jeito que apregoei, pareceu um pouco propício para uma certa confusão. Esclareço: o projeto do solo criado, nós temos cinco emendas, depois as outras que apregoei, que vão da emenda nº 05 à emenda nº 14, são do projeto do mobiliário urbano. Então, de fato, o projeto do solo criado, nós temos cinco emendas.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Justamente, o que o Ver. Cassio falou no início, porque até a emenda de nº 03, já tinham sido apregoadas, já estavam no sistema, eu já tinha conseguido me apropriar, estudar. As Emendas nºs 04 e

05, não sei quando elas entraram, do Ver. Alvoni e do Ver. José Freitas, eu ainda não consegui me apropriar, não sei se todos os vereadores conseguiram. Então, essa é a dificuldade da sessão *on-line*, não sei se era isso que o Ver. Cassio estava colocando anteriormente. Então, fica difícil a gente conseguir ver a emenda e estudar a emenda durante a votação do projeto. Cria uma certa dificuldade, mobiliário urbano mais ainda porque são várias emendas, e não consegui nem ver ainda. É mais complicado o sistema *on-line* porque a assessoria dos vereadores, muitas vezes, não fala com o vereador, o vereador está em casa, não tem ninguém junto para tirar alguma dúvida, não tem como recorrer ao auxílio jurídico. Então, realmente cria uma dificuldade de votação. Essas três primeiras do primeiro projeto do solo criado, acho que todos nós já temos domínio, a 04 e 05 ainda não consegui ver, do José Freitas e do Alvoni. Não sei como vamos proceder, Presidente? Também acabo concordando com o Ver. Cassio da dificuldade de se avançar.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. faz uma colocação pertinente. De fato, nós temos duas situações que temos que separar. A primeira é a matéria que está em discussão no presente momento, solo criado, sobre a qual há alguns pedidos de destaque. Parece que, sobre o solo criado, ainda existe... (Problema técnico no som.). De qualquer forma, neste exato momento, nós temos que deferir ou indeferir é o pedido de destaque dentro das emendas dirigidas ao projeto do solo criado. Decidido isso, nós deliberaremos a proposta do Vereador Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Cassio Trogildo, que pede que, encerrada a discussão, seja adiada a votação para a próxima sessão, a fim de que possam todos os vereadores, entre os quais, V. Exa., Ver. Mauro Pinheiro, conhecerem bem as várias emendas propostas ao projeto. Então, num primeiro momento, consulto se ainda existe algum ilustre vereador que queria discutir esta matéria?

O Ver. Adeli está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/20.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Com sua licença, Ver. Reginaldo Pujol, gostaria de discutir a matéria sobre o solo criado. Eu acho que este, sim, é um tema de muita importância, só lastimo que ele tenha só chegado agora, depois de três anos e meio deste governo porque, se a intenção era exatamente essa de dar uma certa flexibilização para a questão do pagamento do solo criado, já poderia ter sido feito com antecedência, mas nunca é tarde para a gente legislar sobre esse tema. O solo criado, ele serve, como eu espero que ele sirva, para que a gente possa desenvolver políticas na área da habitação popular, que V. Exa. tem um domínio muito grande, historicamente falando, desde os primórdios da nossa gloriosa Restinga. Naquele tempo não havia esse tipo de expediente que você pudesse fazer uma construção com andares a mais aqui no Centro Histórico, no Centro Histórico não porque já está praticamente lotado, mas digamos no Menino Deus, Petrópolis, e esse dinheiro ser utilizado para habitação popular que sempre foi uma precariedade de Porto Alegre e é uma precariedade hoje em nível mundial. Não sei se os colegas vereadores têm se apercebido do drama que vive hoje a sociedade norte-americana, que depois da grande explosão da bolha que levou

trinta milhões de americanos a devolver suas casas, enfim, geralmente, era um setor de classe média, muitas deles foram para a pauperização mais absoluta nos Estados Unidos. Muitas vezes, temos visto, inclusive aqui no Fronteiras do Pensamento alguns debates, tenho visto ultimamente algumas falas do grande David Harvey, que estuda muito essa questão das cidades, como isso gera, na verdade, um grande capital, nós temos que utilizar essa capital em benefício do conjunto da população, uma cidade para todos. Quando falo nisso, não falo numa posição política-ideológica, se vou falar em Davi Harvey, todo mundo vai dizer que é um marxista. Sim, mas eu posso citar o ex-prefeito de Bogotá, Enrique Peñalosa, que é um liberal dos quatro costados, progressista, é verdade, e por quem temos uma grande admiração porque já estive várias vezes em Porto Alegre discutindo essas questões de urbanismo conosco. Portanto, não nos parece um projeto que possa causar maior transtorno. É claro que como este governo não tem transparência, é muito difícil a gente saber se algo será feito por trocas efetivamente justas, eu espero que sim, porque nós vamos fiscalizar toda e qualquer troca, todo e qualquer recebimento, seja em dação em pagamento ou seja outra forma de, inclusive disse que pode dar algum equipamento para uso comunitário, social, etc. e tal.

Eu sou dessa visão também de descomplicar, desburocratizar todo esse sistema que chamaria de sistemas de parcerias e trocas, dentro da transparência. Então, se não votarmos hoje, acho melhor porque aí, eu inclusive quero apresentar uma declaração de voto senão em meu nome pessoal, talvez até junto com outros vereadores. Agradeço em princípio. Vejo que encaminhamos bem, as emendas não são complicadas, também acho que as emendas do mobiliário urbano deveriam ficar para um debate na quarta-feira, depois de votar o solo criado. Como disse o Mauro Pinheiro, todos têm que se assenhorar delas, para mim é bastante simples que acompanhei a discussão do mobiliário urbano, e eu falarei bastante sobre esse tema porque tenho um certo domínio sobre a questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 004/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente, em primeiro lugar, quero me somar e dar os sentimentos a relações públicas da Câmara, Andreia, pela perda da sua mãe. Quando fui presidente da Câmara, a Andreia me assessorou e por quem tenho o maior apreço. Então, me somo aos sentimentos dos demais vereadores pelo passamento da sua mãe. Quanto a este projeto de lei, Ver. Adeli Sell, só tem um equívoco da sua parte. Nós, na Câmara, aprovamos um projeto do solo criado em 2019, eu acho. E o que, na verdade, nós estamos fazendo é uma correção de uma lei na cidade de Porto Alegre, aumentando, como bem disse o Ver. Cassio, o que não ficou claro na lei aprovada pela Câmara. Então, é um consenso importante que vai poder agilizar e facilitar alguns mobiliários na cidade de Porto Alegre. Acho que é um projeto bastante

meritório e tenho certeza de que será aprovado pela ampla maioria dos vereadores, se não de forma cem por cento pela aprovação dos vereadores, por ser um projeto importante para a cidade, independentemente de qualquer coisa. Quanto às emendas que já foram apresentadas, a Emenda nº 01, que o Ver. Comassetto estava defendendo, eu também concordo, aquela é uma emenda – para não dizerem que temos dificuldade de aprovar emendas de oposição, de outros vereadores, pois algumas vezes ouvimos essa reclamação – que nós vamos votar favoravelmente. É mais um avanço, já avançamos em 2019 e vamos continuar avançando nessa área importante do solo criado e poderemos receber a contrapartida em construção. Então, peço a colaboração de todos os vereadores. Era isso, Presidente, um projeto bastante simples. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Declaro encerrada a discussão do projeto do solo criado. Pergunto se os pedidos de destaque dependem de decisão do plenário ou são deferidos pela presidência?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): São deferidos pela Presidência, porque, como a matéria está sob o regime de urgência, não caberia deliberação de retornar às Comissões, porque ela já está na Ordem do Dia, trancando a pauta. Então, é mera decisão da presidência.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Então, com o apoio da determinação regimental, acolho os pedidos de destaque.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, desculpe interrompê-lo, mas há um pedido de questão de ordem do Ver. Comassetto.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, a minha questão de ordem é referente ao encaminhamento, feito pelo Ver. Cassio, que o senhor está aí acolhendo. Bom, se a dificuldade é nós analisarmos, lermos e entendermos as emendas, é melhor nós deixarmos para discutir as emendas após, se for prorrogado, na hora da votação, porque aí apresentamos, analisamos e dará tempo para os colegas vereadores conhecerem o teor das emendas. Porque se não, nós vamos apresentar as emendas hoje, se encerrará a discussão, tomarão conhecimento, levantarão dúvidas, e aí não teremos mais a oportunidade legal de podermos analisar e tirar as dúvidas. Eu queria fazer essa consideração ao senhor e aos colegas vereadores. Eu creio que seria melhor nós decidirmos se vamos prorrogar e deixaremos tudo para o segundo momento. Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Vereador, nós teríamos tranquilamente a vontade de votarmos quando da decisão já anunciada, segundo a qual a

discussão está encerrada e só caberiam encaminhamentos, mesmo que nós pudéssemos tranquilamente exercer a plenitude dessa possibilidade de recuarmos, o que já decidimos, me parece que, de certa forma, colide com os objetivos do vereador requerente de que, melhor informados, possam fazer o encaminhamento das votações das várias emendas que foram transformadas em matéria a ser discutida de forma muito privilegiada, uma a uma. E isso faz com que, com todo o carinho e o apreço que tenho por V. Exa., meu querido Ver. Comassetto, nós não acolhemos a sua questão de ordem pelas relações que já temos exposto. Não é pela persistência de querer manter uma decisão, é que me parece que mantê-la melhor coincide com a posição do requerente, que não é absoluta. O plenário pode decidir acatar ou não, e é o que eu me proponho a que isso seja feito agora, colocando em votação, solicitando ao diretor legislativo da Casa que coloque em votação o requerimento do Ver. Cassio Trogildo, que pede que a matéria, a votação e seus respectivos encaminhamentos sejam transferidos para a próxima sessão.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Eu não entendi exatamente o que o Ver. Comassetto propôs, mas eu acho que é coincidente com o que eu havia proposto. Na verdade, a minha proposta, Presidente, o senhor bem colocou, é de que, encerrada a discussão, fique a votação e, portanto, os encaminhamentos do PLCE nº 004/20, para a próxima sessão. Não sei se o Ver. Comassetto colocou diferente disso. Acho que ele colocou a mesma coisa. Acho que nessa questão não está havendo divergência. Se pudesse esclarecer, diretor, eu agradeceria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Estamos com o seu requerimento de adiamento da votação do PLCE nº 004/20, por uma sessão.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Beleza, Luiz Afonso, se me permite. Eu tenho concordância com o Cassio. Eu tinha entendido o contrário, que se fariam todos os encaminhamentos agora e deixaríamos a votação para depois. Está superada a minha incompreensão aqui. Obrigado, Cassio.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Então temos o requerimento de adiamento da votação por uma sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Peço que V. Exa. agora coloque em discussão a segunda matéria constante na Ordem do Dia de hoje, a qual já vem precedida desse apelo para que hoje ocorra a discussão, para que hoje ocorram inclusive os requerimentos da votação em especial, da votação privilegiada, mas que os encaminhamentos e a votação propriamente só se deem na próxima sessão legislativa da Casa. Então, desde logo, peço que V. Exa.

anuncie a matéria, proclame o número de emendas existentes para que possa se estabelecer objetivamente a discussão em torno deste projeto importantíssimo também que trata do mobiliário urbano.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLE nº 007/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver^a Mônica Leal, solicitando votação em destaque das Emenda nºs 05 e 06 ao PLE nº 007/20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Deferidos os requerimentos de destaque do Ver. Valter Nagelstein e da Ver^a Mônica Leal.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0176/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/20, que dispõe sobre o ordenamento dos equipamentos e dos elementos de mobiliário urbano do Município de Porto Alegre, e altera o *caput* e seu inc. I do art. 1º, o *caput* do art. 15, e, no art. 23, altera o *caput* e inclui §§ 1º e 2º todos da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999; o art. 20 da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008; e revoga o art. 2º, o art. 3º, o art. 6º, o inc. VI do art. 15, o art. 16, o art. 17, os arts. 19 a 21, os arts. 44 a 47, o inc. VIII do art. 51, os arts. 52 a 55 e o § 4º do art. 56, todos da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999; o inc. III do art. 3º, os arts. 16 a 19, os §§ 2º e 3º do art. 20, os arts. 26 a 38, os arts. 39 a 42 e os arts. 48 a 52, todos da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008; a Lei nº 12.518, de 13 de março de 2019, e o Decreto nº 16.811, de 1º de outubro de 2010, e dá outras providências. **(SEI 118.00084/2020-15)**

Observações:

- com Emendas nºs 02, 03 e 04, de autoria da Ver^a Lourdes Sprenger;
- retirada a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes;
- incluído na Ordem do Dia em 08-07-20 por força do art. 95 da LOM.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em discussão o PLE nº 007/20. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Colegas vereadores, colegas vereadoras, este é um projeto extremamente importante porque nós tivemos uma comissão especial e eu já tinha levantado, numa reunião da CCJ, que eu tinha

estranhado a primeira forma com que o governo enviou para a Câmara o projeto, mas depois a liderança do governo explicou que tem essa dúvida, tem essa insegurança jurídica. Tudo bem, eu acho que é uma bobagem, mas está aí para votar, então vamos votar, nos dá a chance inclusive de fazer algumas correções. Eu fui o relator e já tinha dito na sessão que fui buscar o relatório, mas depois me dei conta de que 18 vereadores assinaram o projeto e eu fui um deles. Eu não fiz uma revisão do projeto que se assinou e aí me dei conta de que nunca mais vou fazer uma coisa dessas, porque, na verdade, sumiram, na redação final, protocolizada, algumas coisas que estavam no meu relatório, que eu tinha colocado no projeto de lei. E agora eu vejo que vários colegas vereadores, depois de discussões, e eu conversei com vários pessoalmente dizendo que tinha pensado isso, tinha pensado aquilo, isso não está bem colocado, isso não foi colocado dessa maneira. Eu acho que nós vamos caminhar para um bom debate, nós vamos, se os colegas caminharem juntos nessas proposições. Eu, em princípio, pretendo votar em todas as emendas; eu acho que elas fazem as devidas correções, vão ao encontro do que, de fato, a comissão discutiu e decidiu. O governo municipal, na época, pela sua Secretaria Municipal de Parcerias Estratégicas, pelas SMAMS, pela EPTC esteve presente em todas as reuniões. Então, se formos resgatar a memória daquelas reuniões, nós vamos ver que as emendas, praticamente, na sua totalidade, resgatam coisas que estavam no meu relatório, e é só fazer uma análise das discussões e do próprio relatório em si. Por isso, serei breve, objetivo, dizendo que a gente vem aqui para colaborar com a discussão. Como disse anteriormente, também vamos colaborar com a questão do solo criado e ser vigilante na questão da fiscalização, por óbvio. O que eu acho é que esse projeto de lei vai dar condições de as empresas locais terem poder de competição, de serem competitivas, portanto. Nós temos que privilegiar o que eu chamo de economia horizontal. Economia horizontal se dá basicamente nos municípios, nas comunidades, nas regiões metropolitanas; o perto com o perto, o pequeno, com o pequeno, o médio com o médio. E a gente não ficar na dependência das transnacionais, do grande capital, da exploração, como a gente está vendo hoje em várias questões. Nós temos coisas que vieram para ficar, como os aplicativos, mas também nós não podemos deixar de ver que tem uma exploração brutal dessas pessoas. Como também vimos, recentemente, em alguns lugares do mobiliário urbano em que houve uma usurpação por parte de apenas uma ou duas empresas transnacionais. Eu espero que Porto Alegre caminhe como sempre caminhou, no bom caminho, na ousadia de fazer um mobiliário urbano ousado e esteticamente bonito, porque, se nós formos olhar um pouco para a história passada de Porto Alegre, no dobrar do século XIX para o XX, nós vamos ver o quanto era bem cuidada a nossa cidade, como as edificações tinham embelezamento. Agora, mais recente, já no início do ano 2000, a gente viu uma evolução bastante interessante da arquitetura de Porto Alegre que começou a privilegiar, muitas vezes, o embelezamento estético das suas entradas, das suas fachadas, mudando um pouco o estilo de caixote que se tornou a vergonha dos anos 1970 ao ano 2000. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 007/20.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Obrigado, Presidente, vou tentar não usar todo o tempo. Este projeto originalmente, quando foi aprovado na Câmara, como relatado pelo Ver. Adeli Sell, foi fruto de uma Comissão Especial, da qual eu não fiz parte, foi o nosso colega de bancada, Ver. Luciano Marcantônio, quem participou. Quando o trabalho é realizado numa Comissão Especial, normalmente as Comissões Especiais fazem excelentes trabalhos, e nós acabamos aprovando aquilo que vem como proposta da Comissão Especial. Enquanto Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, recepcionei esse projeto, neste ano, ainda, presidente sob a égide da resolução que tratava das matérias relativas à pandemia, relacionadas à Covid-19. Eu cheguei a pegar esse projeto para relatar e verificamos que este não era um projeto relativo exclusivamente à pandemia então o colocamos na tramitação normal. Naquele momento, já era suscitada a questão de que o projeto tinha tido alterações em relação à nossa lei aprovada, que foi fruto da discussão elaborada pela comissão especial. O Ver. Adeli Sell foi um que levantou isso na Comissão de Constituição e Justiça, isso foi objeto inclusive de uma ligação minha individual a ele, pedindo para que ele apontasse quais eram as diferenças existentes, porque eu escutava do líder do governo, do secretário do governo que o projeto era exatamente idêntico ao que havia sido aprovado anteriormente. Bem, o fato é que o Executivo acabou mandando este projeto, tendo em vista uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público em função de que este entendia que existia um vício de iniciativa na proposição do projeto que aprovamos por iniciativa da Comissão Especial. Mas não há nenhuma decisão em relação a essa ADIn, ela está tramitando. A decisão do Executivo de reencaminhar o projeto ou de encaminhar o projeto com o mesmo teor, logicamente que abre a possibilidade de uma rediscussão do tema, inclusive, como vem colocando o Ver. Adeli Sell, de propensas alterações no seu próprio relatório da Comissão Especial, que, de certa forma, acho estranho, porque alguém apresenta um relatório e depois não tem esse relatório devidamente aprovado como o apresentou, realmente é de se gerar estranheza. Mas, logicamente, se o vereador assim o está colocando, não vou eu aqui fazer o juízo de que isso teria ou não acontecido. Fica aqui logicamente a visão de que quando a matéria retorna, o Legislativo tem suas prerrogativas totalmente devolvidas, então todas as emendas são legítimas. Nós gostaríamos que fosse enfrentado o mesmo projeto já aprovado anteriormente, mas, quando retorna a esta Casa, todas as prerrogativas estão restabelecidas e são legítimas todas as emendas, e teremos, pelo que me consta, uma longa rediscussão desse processo como um todo porque já são 14 emendas apresentadas, então vamos ter de realmente nos debruçarmos. E, assim que encerramos a discussão, teremos condições de analisar o conjunto das emendas e verificarmos quais são possíveis de obter o nosso voto de aprovação ou não. Obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Cassio Trogildo, V. Exa. se enquadrou no pronunciamento devidamente e integralmente dentro do tempo regulamentar.

O Vereador Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PLE nº 007/20.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Com muito orgulho, Presidente, lidero o Democratas, seu partido, do Ver. Ricardo Gomes e da Ver.^a Comandante Nádia. Saúdo a minha bancada e os colegas vereadores. Este é um objeto extremamente importante para a cidade de Porto Alegre. O mobiliário urbano valoriza qualquer cidade, e Porto Alegre não é diferente. A gente caminha nas grandes cidades e vemos o mobiliário urbano bem apresentado, bonito, moderno, no qual a população se sente mais aconchegada, mais confortável, porque realmente embeleza a cidade. E Porto Alegre vem, há muito tempo, sentindo a falta desse equipamento tão importante. Este projeto foi muito bem trabalhado, nós tivemos uma Comissão Especial, a qual se debruçou sobre este projeto e fez um projeto de lei que aprovamos. Claro que o melhoramos com algumas emendas, mas ainda não foi... é um assunto tão discutido e tão importante que, com toda a discussão feita e com todas as emendas aprovadas, ainda não ficou no nível da nossa cidade. E agora, como o Ver. Cassio colocou, a questão da ADIn, de ser inconstitucional pelo vício de origem, eu quero cumprimentar o governo municipal porque, desde o início, disse que mandaria o texto completamente igual ao que nós votamos e realmente cumpriu, o texto é igual ao que nós aprovamos. Eu me senti contemplado porque, lá atrás, eu já aprovei a minha emenda. A minha emenda consta do projeto, e é aquilo que a gente sempre fala, acordo é feito para ser cumprido, e o governo municipal cumpriu conosco quando procurou a CCJ e disse que encaminharia o projeto e o mandou exatamente igual nos dando a possibilidade de melhorarmos ainda mais com emendas apresentadas pelos colegas vereadores. Eu acho que vai ser uma tarde de grande debate, importante para que a gente possa melhorar o projeto. Quero dizer, desde já, que tem emendas importantes ao projeto, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e da Ver.^a Comandante Nádia, às quais eu assino por ser líder da bancada e também para apoiar os meus colegas vereadores porque as emendas são extremamente importantes e vão qualificar ainda mais o projeto. Então, era isso, eu queria fazer o reconhecimento da importância deste projeto para a cidade, ele vai valorizá-la ainda mais nesse momento financeiro difícil em que a gente se encontra. Sabemos que é um recurso extra que entra na cidade sem ser dos cofres públicos e que valoriza e embeleza. Com certeza, Porto Alegre ganha com um projeto como este. Era isso, Presidente; era isso colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa. e solicito ao nosso diretor legislativo que confirme a próxima inscrição que acredito ser do ilustre aniversariante de amanhã, Vereador Valter Nagelstein, confere?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Perfeitamente, Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não vamos cantar parabéns a você, mas vamos franquear o microfone ao nosso ilustre aniversariante de amanhã. O Vereador Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 007/20.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Cinquentinha, Presidente, e eu já estou meio que me deprimindo faz algum tempo. A tal crise dos 40, na verdade, está chegando para mim agora, o outono da existência. Mas o senhor é um exemplo para nós de que é possível, graças a Deus, ir muito além e com a sua memória e jovialidade que me dão uma enorme inveja. O senhor não estava, quando eu fiz a minha primeira manifestação, e eu deixei um abraço à nossa querida Andreia e quero reiterar isso novamente, pedindo que o senhor, por favor, transmita a ela os meus sentimentos. Ela trabalhou um ano comigo na Presidência; é uma menina especial, e eu me somo aos votos que os outros vereadores já haviam feito anteriormente. Presidente, eu fico preocupado, há muitos anos, nós fomos a Rosário, na Argentina, e um dia saímos – eu, o Ver. Ferronato e o Ver. Adeli – caminhando e sentamos numa parada de ônibus linda. Aquela parada era de uma grande empresa, da qual ele hoje está falando contra. Naquele momento, chamou a atenção de todos nós, era uma parada com um designer com vidro temperado, com uma parte para publicidade, se não me engano era a tal da *Clear Channel* que fazia essa publicidade. Estou dizendo isso, porque, por outro lado, também, estamos aí, no meu caso, há 20 anos na vida pública da cidade. Evidentemente, todo mundo que labuta na cidade se conhece, e nós temos bons amigos nesse setor de mídia da cidade, numa das várias famílias do mobiliário urbano. Mas essas amizades que nós temos não podem se confundir com a nossa posição e nem com o interesse público que representamos. Noutro dia, nós defendemos a questão das empenas cegas, e fiz isso por convicção, porque acho que melhoram as fachadas de muitos prédios e ajudam, inclusive, com uma renda, os condomínios, ajudam as cidades e os condomínios. Minha experiência como secretário da SMIC me aproxima de várias famílias de mobiliário urbano, das bancas de flores, de frutas, de chaveiros, aliás, foi no meu período que se revitalizou as bancas de chaveiros; as bancas de frutas, em Porto Alegre, hoje, estão caindo aos pedaços, aquelas gaiolinhas amarelas, nós precisamos botar novas; bancas de flores, praticamente, a cidade não tem mais; bancas de revistas, tem uma experiência bem-sucedida de mobiliário urbano. Agora, recentemente, a Prefeitura conseguiu fazer a licitação dos relógios, numa licitação muito bem-sucedida, conseguiu fazer uma outorga muito boa e colocar um bom recurso no caixa da Prefeitura. Recentemente, depois de muito tempo, conseguiu fazer os toponímicos, as plaquinhas de esquina, que, durante muito tempo, não se conseguia fazer. Nós temos as paradas de ônibus pela frente, é um enorme desafio; são cinco mil e quinhentas paradas de ônibus, na cidade, que nós precisamos trocar. Eu fui ao Japão, no ano passado, e até sustento um outro tipo de parada de ônibus voltada para dentro com vidro do lado de

fora protegendo as pessoas. Em Porto Alegre, nesses dias de chuva, o ônibus passa nas poças d'água e molha quem está na parada ou os carros passam e molham quem está ali. O grande desafio que teremos, logo ali na frente, são as paradas de ônibus da cidade. Eu, particularmente, me empenharia muito em resolver isso. Tem a parte que é filé, tem a parte que é carne de peixe, e nós temos que chegar a um denominador comum para fazer com que as paradas sejam trocadas na cidade. Eu só discordo da xenofobia, e discordo também da ideia de reserva de mercado para o mercadinho daqui. Acho que nós temos de trabalhar, sim, com a perspectiva de ajudar as nossas empresas aqui, valorizar as nossas empresas locais, mas não criar reserva de mercado para afugentar empresas que possam vir de fora e apresentar benefícios em Porto Alegre. Eu me lembro de quando nós votamos isso, no ano passado, eu até tive uma discussão da tribuna com um empreendedor, por quem tenho muito respeito, que é o Zigon, porque queriam que o prazo da concessão fosse de 5 anos. Ninguém vai entrar aqui para fazer um investimento de cem ou duzentos milhões com prazo de cinco anos. Tem certas famílias cujo prazo é muito maior. Vou ao encontro do que disse o Ver. Mendes Ribeiro, esses equipamentos são importantíssimos para a cidade, trazem uma qualificação do espaço público, eles precisam pensar no designer, eles precisam pensar em famílias econômicas que a gente tem de valorizar, essas das fruteiras, das floristas, dos toponímicos. Nós não temos local, em Porto Alegre, para botar essas faixas de shows que virão para a cidade e que acabam sendo colocadas nos viadutos ou nos tapumes. Então, temos de pensar com muito carinho em tudo isso, mas tentar contemplar todos os setores. Olhar para os nossos aqui e saber que eles merecem carinho, respeito, porque são empreendedores locais que estão, há muito tempo, lutando. Nós temos, também, em alguns casos, de pensar na possibilidade de, sim, trazer grandes investidores de fora, buscando fazer esse equilíbrio, e pensar naquilo que é melhor para Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Consulto o nosso diretor legislativo se temos inscritos para discutir a matéria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, antes aprego a Emenda nº 15, de autoria do Ver. Mauro Zacher, ao PLE nº 007/20.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Inexistindo novas emendas, eu não tenho dúvidas de informar aos senhores integrantes da Casa de que todas as emendas que forem destacadas terão o destaque acolhido, para que elas possam, eventualmente, ser debatidas e discutidas. De outro lado, tendo em vista que já, anteriormente, havíamos acertado dessa forma, declaro encerrada a discussão. Ao mesmo tempo anuncio que a deliberação final a respeito desse projeto, inclusive a

votação das emendas e seus encaminhamentos, só ocorrerão na sessão de quarta-feira, conforme havíamos convencionado desde logo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, desculpe-me por lhe interromper, mas, pela ordem, encerrada a discussão, deveria haver um pedido de adiamento da votação.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O requerimento de adiamento da votação, parece-me, é coletivo, eu até me precipitei.

Esta presidência faz um requerimento de adiamento da votação do PLE nº 007/20, por uma sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 17h13min: Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Queridos colegas, eu acho que hoje, à tarde, nós tomamos algumas decisões importantes. Como são muitas as emendas e de muita qualidade, eu acho que fizemos muito bem ao transferirmos a votação para a próxima quarta-feira. Nós estamos numa época muito difícil, todos nós estamos com saudades do plenário, mas, ao mesmo tempo, nós estamos tendo um bom desempenho, o nosso diretor legislativo, o nosso presidente, o vice-presidente, todos nós, estamos tendo um desempenho fantástico de forma *on-line*. Isso nós temos que comemorar. Às vezes, acontece de algum colega usar o nome de outros colegas para fazer escadinha e, quando for preciso, eu passo o nome desses coleguinhas que mandam relação de votação para a imprensa, para entidades empresariais. Agora, não cabe; neste momento, não, vou fazer publicamente, como eles fizeram. Eu não sou de fazer denúncias apócrifas ou hipócritas, como fazem alguns. São poucos, mas quase sempre os mesmos. Eu disse, numa postagem, que quem reclamou de uma postagem do Ver. Oliboni, da qual eu também não gostei, ficou igualzinho, fazendo postagens. (Problemas técnicos no som.) Votaram contra a abertura, e sabem que não é verdade, se isso fosse verdade, a cidade toda estaria aberta. Em época de calamidade pública, todos estão governando por decretos, infelizmente, essa é a verdade. Assim como a lei do mobiliário urbano teve arguida a inconstitucionalidade pelo Ministério Público, para essa votação de abertura de todas as atividades, também, o Ministério Público disse que entraria com a arguição de inconstitucionalidade. Então, nós temos de ter muito cuidado. Estamos fazendo um trabalho, e todos os vereadores querem acertar. Acho que os únicos que erram são aqueles que querem fazer escadinha nas costas dos outros,

principalmente buscando entidades onde acham que vão ter vantagens. E não vão. Eu já sei que não vão. Já conversei com quase todas elas, eles me mostraram quais vereadores que encaminharam a tal de relação da votação, mas eu não vou me rebaixar a esses com pouca experiência legislativa, com pouca experiência de partido, um partido antigo com um nome diferente. Então, acho que nós temos que comemorar o bom trabalho dos bons colegas de todos os partidos. Nós temos bons colegas em todos os partidos e temos poucos maus colegas em alguns partidos. Então, eu quero saudar os bons, aqueles que têm Jesus no coração, aqueles que querem o bem da cidade e não aqueles que pensam que destruindo a reputação de alguém vão conseguir se “cacifar”, digamos assim. Não vão. Podem até fazer alguns votos a mais, mas, na consciência deles, não soma nada, vão perdendo muito, principalmente perdendo o respeito. Era o que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a V. Exa., Ver. Idenir Cecchim. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para em Comunicações.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Presidente Pujol, obrigado pela saudação. Quero também me solidarizar à Andréia, nossa servidora, e a todos aqueles que perdem entes queridos, seja pela pandemia ou não.

Eu ia até abrir mão da fala, mas não posso deixar de comentar essa atitude do prefeito, eu não diria em fim de mandato, pois ainda restam seis meses, e seis meses é um longo período, mas eu gostaria de lembrar, já fiz isso em outra sessão e o faço novamente porque vejo a importância do tema, a questão de como agiu o prefeito Fortunati quando, sabedor já do resultado eleitoral, começou a encaminhar projetos para a Câmara a pedido do então prefeito eleito Nelson Marchezan Júnior. Ou seja, Fortunati já sabendo que ele não seria mais o prefeito, ele sequer concorreu à eleição, não era possível, mas já começou sabendo que politicamente - ainda que formalmente ainda fosse ele o prefeito – já não era mais, no sentido de que havia um novo prefeito recém-eleito. O prefeito Marchezan faz o contrário: o Marchezan, no final, nos últimos meses de mandato, parece que agora resolve fazer o governo funcionar e encaminha esse pacote de projetos. Se ele quisesse efetivamente aprovar os projetos, teria aberto um diálogo já, não só com a Câmara, mas com a cidade toda, pois são vários projetos, inclusive meritórios, nós já colocamos isso lá em janeiro, esse pacote de mobilidade, por exemplo, que nós não concordamos no conceito de alguns deles, mas a forma como o prefeito fez, seja lá em janeiro, convocando extraordinariamente a Câmara, colocando um bode na sala, um projeto que previa pagar para entrar em Porto Alegre, agora recua e faz um projeto que está sintonizado com grandes temas do mundo afora, que é a questão do pedágio urbano, a taxa de congestionamento, mas faz isso no meio de uma pandemia, faz isso antes de conversar – mesmo que virtualmente – com as forças organizadas da sociedade. Digo isso sem entrar no mérito de nenhum projeto específico, mas quero dizer que o prefeito, como se disse ao longo da sessão de hoje, parece que

está num outro mundo. Se ele estivesse direcionando todos os seus esforços ao combate à pandemia, e aí tudo estivesse resolvido, os profissionais da saúde testados, os servidores em geral - tivemos a perda, como relatou aqui o Ver. Oliboni, de um servidor do DMAE, acabou falecendo nesse final de semana -, se tudo isso estivesse resolvido, se o prefeito tivesse feito a tarefa de casa, ainda assim poderíamos cogitar a possibilidade de analisarmos projetos de tamanha envergadura. Mas não é o caso, e o prefeito continua mantendo contratos de recapeamento de asfalto, ou seja, ficou três anos sem fazer, e agora, durante a pandemia, quando o foco deveria ser outro, ele, efetivamente, continua mantendo porque sabe que isso se torna uma obra visível e, portanto, está pensando mais na eleição do que efetivamente como deveria se comportar um prefeito em plena pandemia.

Então, fica aqui o nosso registro de uma certa estranheza com esse comportamento do prefeito, e foi perceptível isso na semana passada quando ele veio à Câmara, ao invés de ouvir, veio para anunciar que protocolaria os projetos e, mesmo sendo alertado por vários vereadores, eu me lembro do Ver. Cassiá fazendo o alerta de que fora surpreendido pelos projetos que o prefeito estava apresentando, mesmo assim o prefeito seguiu adiante e efetivamente apresentou os projetos que foram apreçados na sessão de hoje.

Então, agradeço, Ver. Pujol e colegas da Câmara, e teremos, infelizmente, muita luta pela frente, nos últimos meses de governo e em plena pandemia – esse é o governo Marchezan! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado, Ver. Sgarbossa.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Eu só quero me manifestar também nesse período que o Ver. Marcelo Sgarbossa se inscreveu, porque isso não foi discussão de projeto. Eu quero me inscrever nesse mesmo tempo, eu não sei qual é o tempo em que ele falou, ele falou sobre governo, sobre o Marchezan e eu quero me inscrever nesse tempo, quero falar nesse mesmo tempo para poder responder ao Ver. Marcelo.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): V. Exa. está se inscrevendo ou já se pronunciou?

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Quero falar, quero utilizar o mesmo tempo que ele utilizou. Não sei qual é o tempo, porque isso não foi discussão de projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Mauro, nós estamos no período de Comunicações, quando os pronunciamentos são

livres. V. Exa. pode usar a liderança do governo, pode usar a palavra em Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Eu já usei. Eu achei que ele estava discutindo o projeto ainda. Se está em Comunicações o tema é livre, então está bem.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Muito obrigado, Presidente. Pretendo ser bastante objetivo na minha fala, diante de vários vereadores ainda inscritos para fazerem uso da palavra neste período de Comunicações. O que eu trago aqui aos colegas é que eu tenho acompanhado diretamente os questionamentos dos nossos trabalhadores e empreendedores do nosso Mercado Público, e eu queria dividir com vocês porque eu tenho uma opinião muito clara de que a decisão do governo não usou os melhores argumentos para que pudesse fazer o fechamento do Mercado no modelo em que foi feito. É claro que ali nós temos um grande congestionamento de pessoas, que circulam justamente pelos terminais de ônibus. Hoje as imagens mostram que o Mercado está fechado, e então a formalidade, o empresário é penalizado em relação ao fechamento, mas, sobretudo, a informalidade toma conta do Centro. Então, o poder público, ao mesmo tempo, que toma uma atitude autoritária, baseada num decreto, sem usar o diálogo e a construção do melhor caminho para que nós pudéssemos manter o Mercado Público aberto, assim como permitimos que os outros mercados, as grandes redes inclusive, permanecessem abertos, tendo uma postura isonômica sobre o assunto, o poder público não dá conta da informalidade, e no entorno do Mercado Público vocês já podem perceber a informalidade tomando conta do Centro de Porto Alegre.

Então, faço esse registro porque eu acho que nós poderíamos, Presidente, talvez, chamar o secretário responsável pelo assunto, o secretário de desenvolvimento econômico da cidade, para que a gente venha a rediscutir. O Mercado Público é um centro de distribuição para outros tantos locais da cidade, é um local de fácil acesso, que atende a vários segmentos da sociedade e que pode, sim, ter os controles necessários como a medição de temperatura, higienização, álcool em gel, enfim tudo aquilo que as grandes redes estão usando, e nós temos aí uma decisão isonômica sobre o assunto. Então, quero fazer este registro porque ao mesmo tempo em que penalizamos a formalidade, o poder público, a Prefeitura não consegue dar conta da informalidade.

O segundo registro que quero fazer é que a gente tem falado muito pouco sobre a nossa rede escolar. Acho que uma das principais lutas que tivemos foi em relação aos nossos convênios com as creches, que estão praticamente resolvidos, a justiça nos garantiu inicialmente através de uma liminar, depois por meio de agravo, em que o próprio Ministério Público garantia que nós mantivéssemos os repasses, então, para as instituições de educação infantil, que são essas parcerias que atendem às nossas crianças. Mas a nossa rede municipal está completamente parada, eu vejo muito pouco,

isso demonstra essa abissal desigualdade que existe entre a educação daqueles que conseguem pagar a rede particular, das famílias que conseguem garantir aos seus filhos a rede particular e aquelas famílias que têm usado a rede pública municipal, que está estagnada. Eu tinha escutado que o governo iria fornecer e possibilitar que as nossas crianças pudessem ter, através de uma plataforma, a continuidade dos estudos, para que não ficassem todo esse período paradas, e isso não aconteceu; somando a isso algumas iniciativas que inclusive eu sugiro aqui na Câmara de Vereadores para que o Município pudesse usar os recursos da merenda escolar ou para fornecer alimento, ou para fornecer cesta básica para essas famílias, vamos combinar que muitas dessas crianças têm a única alimentação dentro da rede municipal. Então, eu faço esse questionamento porque isso é o que nos choca muito, quando a gente percebe que a educação tem ficado em segundo, terceiro, quarto plano na cidade, e nós sabemos que nossas crianças serão muito prejudicadas em razão dessa parada de tanto tempo sem nenhum tipo de ação por parte do Município, pelo menos é o que eu tenho acompanhado. Conversei com alguns professores da nossa rede que têm dito isso, que o governo teria anunciado uma plataforma, e isso não aconteceu. Então acho que é uma cobrança necessária, Presidente, porque as crianças paradas hoje, com tanta tecnologia que temos, e todas elas com WhatsApp, todas elas com Facebook, todas elas com celular, caberia, por parte do poder público, um pouco mais de iniciativa. Quero lembrar que temos mais de R\$ 20 milhões parados num fundo de tecnologia. Quer algo mais importante para a tecnologia de que nós possamos garantir educação para nossas crianças neste momento? Então esses recursos poderiam ser usados neste momento justamente para que a gente pudesse criar alternativas e soluções para garantir que a nossa educação pública, a educação da nossa rede municipal possa atender nossas crianças e adolescentes.

Vejo que o presidente me sinaliza, finalizo com a manifestação do Ver. Cecchim, indignado, e com razão, de que os materiais que passam a imagem dos vereadores que mantiveram o veto do prefeito Marchezan não foram verdadeiros, e lá atrás quando foram tão cobrados em relação à aprovação do projeto, usaram o argumento de que o fator transparência era o principal do projeto. Pois bem, nós derrubamos esse artigo que também estava vetado, garantindo transparência, e aí usam maldosamente essas figuras. Mas isso não tira a verdade, porque o que votamos aqui não foi a proibição de nenhum tipo de abertura, nós votamos aqui a manutenção do veto porque entendemos que a abertura, a reabertura tem que ser pactuada, planejada, e não pode ser aleatória, tem que ser construída para que possamos ter uma retomada o mais rápido possível da nossa economia. Muito obrigado, Presidente, pela paciência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Presidente Pujol. Logo de início, quero externar meus sentimentos pela perda da mãe da Andréia Oliveira, que

também trabalhou comigo quando presidente; já passei por isso e sei que é um momento muito difícil, então fica aqui o meu abraço afetuoso à Andrea e sua família.

Uso este espaço para reforçar aqui, mais uma vez, os desmandos, os absurdos, os entraves que o prefeito Nelson Marchezan Júnior está trazendo para Porto Alegre, que parece que pioraram nos últimos dias. Já vínhamos sentindo o impacto desse novo decreto que restringiu novamente, ainda mais, o setor de comércio e de serviços e lidando com a preocupação de vermos uma grande quebraadeira do setor comercial e empresarial da capital nunca antes vista, isso além de toda a crise na saúde, toda demanda médico-hospitalar que estamos tendo devido à Covid-19 e à falta de leitos que não foram ampliados, de respiradores que não foram adquiridos, de unidades de atendimento que não foram abertas. Os dados que foram divulgados no dia 30 de junho, sobre perda de vagas de empregos, na capital, nos últimos meses, são assustadores. O comércio fechado novamente ou atendendo de forma restrita representa falências, depressão e caos na economia. Pelo que vimos, as consequências dessas medidas serão muito, muito restritivas, tomadas para tentar frear o avanço do coronavírus. Elas assolaram Porto Alegre com desempregos. Era óbvio que isso ia acontecer, desde o começo, eu alertei para isso, pois era claro o que viria. Não se revolve uma crise criando várias outras crises. Os micros e pequenos empresários querem manter seus negócios, seus funcionários, eles não querem demitir. É um setor organizado e responsável, eles pagam impostos, o governo devia confiar e tê-los como aliados, pois eles estão dispostos a salvar a economia de Porto Alegre. No dia 9 de julho, tivemos mais uma manifestação de empresários e comerciantes protestando em frente ao Paço Municipal, era visível o sentimento de indignação em relação às medidas restritivas tomadas recentemente pelo Poder Executivo. Eles querem trabalhar e foram mostrar isso ao prefeito Marchezan. Me fiz presente, assim como outros vereadores que estavam lá, quando entregamos na Prefeitura o manifesto dos empresários independentes, autônomos, prestadores de serviços, funcionários, desempregados, sociedade civil, documentando o apoio à liberdade e ao direito de trabalhar do cidadão. É importante a população saber que estamos trabalhando por esclarecimentos e tomada de medidas cabíveis, incluindo o Ministério Público, a fim de que o prefeito preste contas de tudo o que está fazendo. Amanhã, haverá outra manifestação pedindo liberdade para trabalhar e transparência por parte da Prefeitura. E as perguntas são muitas, desde o porquê de tirar todos os bancos daquela área da Redenção em vez de fazer por partes, o que foi uma polêmica nesse final de semana, até essa grave questão do bloqueio de vale transporte dos trabalhadores não essenciais. Percebe-se que o prefeito, ao decretar tais limitações, desconhece a realidade de muitas pessoas que dependem do transporte coletivo e, ao limitar esse serviço público, acaba por violar direitos amparados na lei, como é o uso do vale transporte, que é um benefício do trabalhador garantido em lei federal, e o direito sagrado de ir e vir de qualquer cidadão. E se não bastasse isso, vamos para a questão dos locais proibidos para estacionar a fim de dificultar a circulação de automóveis particulares também. Fiz o relato nas minhas redes sociais, ontem, sobre uma amiga que tem a mãe com Alzheimer e foi chamada com urgência para atendê-la. Quando estacionava em frente à casa da mãe, foi impedida

pelos azuizinhos. Ela, incrédula com a proibição de fazer uso de um espaço público, tentou explicar para o agente de trânsito o motivo pelo qual estava estacionando ali, mas não obteve sucesso, e o agente apenas sugeriu que ela usasse um veículo de aplicativo. Outra que recebi ainda hoje, pela minha página de Facebook: “Mônica, nosso negócio, liberado pelo governador por ser serviço essencial, passa pela mesma absurda situação: na semana passada, estacionaram um guincho e três motos de azuizinhos para controlar quem estacionava na rua em frente à nossa loja. Rapidamente guincharam três carros que ali estavam. Decidi, educadamente, questionar o agente de trânsito sobre a multa e o guincho, visto que nosso estabelecimento estava aberto por decreto e, inevitavelmente, teríamos clientes. O azulzinho respondeu: Que o cliente de vocês busque outra forma de vir. Pensei, diz essa senhora, onde está a coerência, posso abrir meu negócio, mas não posso receber as pessoas que não seja da forma que o governo manda? Surreal, para não dizer outra coisa!” E eu aqui, caros colegas, digo: inacreditável o que este prefeito está fazendo com a nossa Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Nós é que agradecemos o seu pronunciamento. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Passo. Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Apresento a oportunidade para deixar os senhores vereadores alertados de que, é muito provável, amanhã, às 15h, se faça uma conclamação aos vereadores para uma reunião informal, envolvendo quantos quiserem participar das discussões preliminares a respeito dos projetos que serão submetidos, na quarta-feira, à consideração das lideranças para elaboração da relação das matérias a serem aprovação debatidas, discutidas e votadas durante o recesso parlamentar, que, como é sabido, foi suspenso, tendo em vista o acúmulo de matérias que temos a dispor. Então alguns aspectos como número de projetos que vão ser colocados, ordem de distribuição, como haverão de ser consideradas as bancadas desiguais, se será contagem absoluta, enfim, coisas do gênero. É muito provável que amanhã a gente convoque a Mesa Diretora e todos os companheiros que queiram participar de uma discussão frutífera de como iremos nos organizar nessa convocação extraordinária, que é uma excepcionalidade na Casa Legislativa. Há muito que a presidência não toma essa iniciativa, e que só hoje e agora é tomada em função do momento especialíssimo que estamos vivendo. Agradecemos a todos os Srs. Vereadores que nos pedem que leve à nossa assessora de relações públicas, nossa colega Andréia Oliveira, os sentimentos da Casa pelo passamento da sua genitora.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu só quero aproveitar este espaço para deixar um abraço para a nossa querida amiga Andréia e aos seus familiares, deixar nosso sentimento e dizer que estamos todos com ela neste momento de dor, mandando um abraço a ela. Estamos juntos, coragem e fé, minha querida.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Registro as manifestações do Ver. Airto Ferronato, do Ver. Ricardo Gomes, que se somam a tantas outras que já ocorreram, entre as quais, a Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Márcio Bins Ely, o Ver. Paulo Brum.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não tem Grande Expediente hoje?

LUIZ AFONSO MELO DE PERES (Diretor Legislativo): Não, já passou. O senhor não estava inscrito. Está inscrito para dia 16, quarta-feira.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Obrigado.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

3ª SESSÃO

PROC. Nº 0211/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/20, que altera a Lei nº 12.655, de 27 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2020. **(SEI 118.00101/2020-14)**

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Não há inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Encaminho para o final dos trabalhos, mas, antes, quero renovar o convite aos vereadores que tiverem disponibilidade, amanhã, a partir das 15h, quando, muito provavelmente, a gente faça uma reunião da nossa Comissão Executiva da Câmara Municipal, para iniciarmos os trabalhos, Ver. Oliboni, de definição do tamanho que nós desejamos e que temos condições de desenvolver durante essas oito sessões que comporão o nosso período extraordinário. Obviamente, que para isso nós precisamos ouvir o compromisso de todos, para que a gente tenha um bom resultado desse período.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, eu só queria fazer um registro aqui, deixar os parabéns ao departamento de manutenção da SMAM, que, em quatro dias, conseguiu pintar 90 bancos da Redenção, porque a Prefeitura mandou recolocar os bancos agora à tarde. Como há 20 anos, eu vou todos os dias na Redenção, eu sou o prefeito lá na Redenção. Ali na Zero Hora, começaram a recolocar os bancos hoje. Pintaram 90 bancos em quatro dias. Parabéns, SMAM.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Olha, tem gente qualificada trabalhando lá no departamento de pintura, pelo menos, é o que o senhor está elogiando. Cumprimentos pelo elogio.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, no início da sessão, o senhor não estava presente, e vários vereadores utilizaram o tempo de Comunicação de Líder, de uma certa forma, se posicionando contra o pacote que o governo acabou de mandar, foi feita a leitura hoje. Eu lembro aqui do Ver. Cecchim, do Ver. Adeli, do Ver. Cassio, talvez o senhor não tenha esta informação. Na Reunião de Líderes, quarta-feira, a gente toca nesse assunto, porque tem uma certa indignação, de rejeição à votação desse pacote, na medida em que não votamos muitos projetos nossos, da Câmara. E ele manda, vamos dizer assim, um pacote de projetos próximo às eleições. É importante, a sua assessoria vai lhe informar, o senhor dar uma avaliada em trazer esse questionamento, eu diria, de vários líderes em relação a esse pacote. Apenas para lembrar aqui, creio que seja de extrema importância que, nós, na quarta-feira, façamos um pacote de sugestões, de projetos de iniciativa da Casa. Um abraço.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a contribuição, é muito oportuna e nos permite enfatizar que, provavelmente, amanhã, a gente dialogue com os colegas na formatação de propostas que serão levadas à discussão e debates às lideranças na quarta, na nossa reunião regimental. Evidentemente, que nós temos várias propostas, mas nós temos que discutir com tranquilidade, com serenidade, a possibilidade de cumprirmos essas propostas. Por exemplo, algumas propostas entendem que têm que ser votados 36 projetos, um de cada vereador, certo? Obviamente, que teria que haver, não digo 36, mas a metade ou coisa assim, do governo. Seriam 48 ou 54 projetos. Seria viável a gente votar isso em oito sessões, em oito dias que nos reuniríamos? São colocações que nós temos que fazer. Quanto à qualidade dos projetos que serão apresentados, vai depender muito dos componentes, do vereador, do partido que seleciona o projeto. De outro lado, o governo tem que ter sensibilidade de que alguns projetos têm de antemão a simpatia da maioria da Casa; e outros tantos, não tem essa simpatia, ao contrário, declaradamente já, até têm alguma rejeição. Claro que eu não vou interferir nem num, nem noutro caso. Idealisticamente,

quero fazer a coisa mais compartilhada possível. Mas também com muita serenidade digo, se até quarta-feira, nós não chegarmos a uma composição, nós faremos, junto com a emenda, alguma elaboração diante do critério que deveremos estabelecer. Porque nós não passaremos da quinta-feira sem termos condições de publicar a relação dos projetos que serão submetidos aos vereadores, durante a Sessão Representativa. Esses projetos poderão ser três por dia, quatro por dia, dois por dia, cinco por dia. Depende do que se deve considerar. E aí, dependendo do que nós concertarmos entre nós, faremos a limitação em 24, 36, 48, e assim por diante. Aí, entra um pouco de matemática, porque, se a matemática não resolve tudo, pelo menos, nós vamos partir para algum tipo de resolução.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, só para lembrar, aproveitando a oportunidade, nós entraremos em recesso, se não me engano, a partir do dia 17. Teremos, portanto, 13 dias que nós estaremos em recesso, em média. Antes, entrei com a resolução, depois a Mesa entendeu, eu acho que decisão minha ou da Mesa é a mesma coisa. Eu quero salientar o lado bom dessa questão. Quero reconhecer o trabalho da Mesa, neste momento, que entendeu, naturalmente, por isso eu suscito a V. Exa., que a partir de hoje surgiram algumas ideias, que podem trancar ou acelerar a Pauta, vai depender de V. Exa., no comando. Acho que nós devemos, sim, aproveitar esses dias, devido ao recesso, para ‘embalar o início da lombá’ e decidir logo. Nós vamos votar tudo que vem do governo, que é pacote em cima de pacote? Vamos fazer prioridades. Prioridade da Câmara, esta é minha opinião, não invalida a questão de alguns projetos do Executivo. Um abraço e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Obrigado. Registro que a Câmara foi muito inteligente em discutir essas duas importantes matérias, de não deliberar no dia de hoje, ensejar que todos possam, com suas respectivas bancadas, analisar com mais profundidade os projetos apresentados. E, amanhã, discutir o encaminhamento e, tranquilamente, tomar a decisão que a maioria entender a mais adequada. Agradecemos a presença de todos. Estão encerrados os trabalhos.

(Encerra-se a sessão às 17h56min.)

* * * * *